



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Discutir o Código de Ética da Polícia Militar do
Estado de Rondônia, Projeto de Lei nº 1515/2021.

EM: 18.11.2022

INÍCIO: 09h33min

PRESIDENTE: SR. JESUINO BOABAID

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do
Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do
Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuino Boabaid,
após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para
discutir o Código de Ética da Polícia Militar do Estado de
Rondônia, Projeto de Lei nº 1515/2021.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Sargento da Polícia Elizeu Nascimento, da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso e Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Tenente Coronel da Polícia Militar Vanilce Almeida, Assessoria Militar, neste ato representando a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

Coronel da Polícia Militar José Carlos França, Corregedor-Geral, neste ato representando o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Coronel do Corpo de Bombeiros Alan Fabrício da Silva Costa, Subcomandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia.

Subtenente da PM Gleyton José Rezende, Polícia Militar do Estado do Mato Grosso e Presidente da ASPRAMAT - Associação dos Praças da Polícia Militar do Mato Grosso.

Sargento da Polícia Militar Laudicério Machado, Presidente em exercício da Associação Nacional de Praças do Estado do Mato Grosso - ANASPRA.

Senhor Rubemar Moraes de Souza, Vice-Presidente da Associação dos Praças de Rondônia - ASPRA.

Neste momento, sua Excelência, o Deputado Jesuíno Boabaid procederá a abertura desta solenidade.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o Código de Ética da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Projeto de Lei 1515/2021.

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia". (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Também gostaríamos de agradecer a presença nesta de Casa de Leis das autoridades também que se fazem presentes. Queremos agradecer aqui a presença do Tenente Coronel da PM Henrique Barbosa. Seja bem-vindo. Senhor Eliel Tenório, assessor de gabinete do Deputado Elizeu Nascimento do Estado do Mato Grosso. Senhora Mara Valverde, Diretora da Valorização da Mulher da FENALE (Federação dos Sindicatos dos Poderes Legislativos, Câmara e Senado). Agradecemos a presença de todos os militares que estão nesta Audiência Pública. Senhor Marcelino, assessor de gabinete do Deputado Elizeu Nascimento, do Estado do Mato Grosso.

Passo a palavra ao Deputado Jesuino Boabaid para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Bom dia a todos. Para mim é uma grande satisfação nesta sexta-feira, dia 18, poder estar aqui com vocês. Relembrar um pouco das Audiências Públicas que nós fizemos por muitas vezes na Assembleia

Legislativa antiga. E é a primeira Audiência que eu presido nessa na 10ª Legislatura.

Agradecer a presença do Deputado Elizeu, meu amigo. Deputado do Mato Grosso, que a gente conheceu, foi até no Mato Grosso, mas sempre ouvia falar dele pela luta encampada no seu Estado junto com o senhor Gleyton também, Subtenente, Presidente da ASPRAMAT.

Então, para mim, é uma grata satisfação poder estar aqui. Assim como o Sargento Laudicério, Presidente da Associação de Cabos, mas hoje representa a ANASPRA (Associação Nacional de Praças). Uma satisfação também poder aqui estar presente com a Polícia Militar, representada aqui pelo Coronel França, foi do meu pelotão de formação de soldado, 4º pelotão, no ano de 2002. A Tenente Coronel Vanilce e também o Coronel BM Fabricio – em 2002, não é, Fabrício? E a todos que se encontram nessa galeria.

A presente propositura é inerente ao Projeto de Lei 1515, que foi apresentado nesta Casa, aportou nesta Casa no dia 15 de dezembro de 2021. E estava aqui adormecido. Adormecido quando eu falo, não estava avançando. E eu, analisando toda a contextualização que hoje o governo passa, o cenário que a gente pode enfrentar, que são tempos nebulosos, e que poderão vir no ano de 2023 – até porque não estaremos aqui, não estaremos presentes – eu achei por bem discutir uma proposta de Código de Ética, trazendo aqui experiências de pessoas ou autoridades dos outros Estados para a gente tentar avançar.

E ontem eu recebi, inclusive, a ligação do Coronel Herton – Subcomandante da Polícia Militar – alegando “Não, deputado, já acabou o objeto, houve a perda do objeto por conta da Lei 13.967”, essa Lei Federal havia retirado do campo jurídico as penas restritivas de liberdade, penas de

prisão e detenção no âmbito das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiro do Distrito Federal e dos Estados. Quando eu ouvi, eu falei para ele: "Coronel, houve a perda do objeto em parte". Porque o nosso Decreto é de 2007, que trata do nosso regulamento disciplinar, e está ainda com muitas falhas, e a gente precisa debater e discutir no campo próprio, que é este Poder."

Poder Legislativo, no qual, aqui sim, nós temos a oportunidade de discutir de uma forma democrática, discutir ações que não venham prejudicar tanto as instituições militares como os próprios policiais. Então, analisando de forma bem superficial, fizeram, parece, algumas comissões para discutir o Código de Ética. E eu percebo que há algumas questões que podem ser melhoradas, que têm que ser retiradas. Até porque a jurisprudência, a doutrina, as ações apontadas ali no Supremo Tribunal Federal e no campo jurídico, a todo momento a gente vê que tem mudanças. E eu vi também aqui que foram assentados alguns dispositivos, que aí eu vou passar a palavra para os que estão possam também acrescentar.

Mas, eu vi algumas situações que, ao meu sentir, ficaram falhas. Só a leitura do artigo 1º eu já fico preocupado. Porque uma coisa que, pode ter certeza que, eu não defendo – e não vou defender, jamais, – é a indisciplina. Isso é fato. "Ah, mas, Jesuino, você liderou o movimento paredista." É outro momento. Era uma outra situação e eu não atentei contra, assim, as consequências todos já sabem que ocorreram contra mim. Isso é fato. Mas, quando nós insurgirmos, quando nós viemos para esse enfrentamento, era um cenário totalmente diferente. Mas, as consequências vieram de forma penal, de forma administrativa e assim sucessivamente, mas cada um responde pelos seus atos.

Agora, quando eu estive na caserna, quando eu estive dentro da corporação, pode perguntar lá como é que eu me

portava, porque é base da disciplina você ter o mínimo de trato com as pessoas e respeitar o seu superior que é uma cadeia de comando. Mas, algo também que eu não vou defender, Deputado Elizeu, são as penas aplicadas aos oficiais não são dadas a devida publicidade, e já vivemos em outro momento. Todas as penas pelo princípio do artigo 37 da Constituição Federal tem que ser dada a publicidade e aí certa feita, conversando com o Oficial **(ininteligível)**, "Não, deputado, isso aí pode ocasionar uma indisciplina generalizada." Falei "Não. Hoje, os nossos Policiais Militares do Estado de Rondônia, quando for ingressar, são nível superior. É uma outra formação. O tempo, o mundo contemporâneo já avançou..." E aqui, se for aprovado esse Código de Ética, vai ser a sanção dada a publicidade do soldado ao coronel.

E não importa. Tem que ser consolidado um entendimento que ninguém está acima da lei. E se você praticou qualquer ação, omissão ou transgressão deve ser dada a publicidade. "Ah, mas as penas a oficias são mais rígidas." É o cargo que você assumiu, assim como as praças também.

Então, alguns apontamentos que a gente poderia fazer aqui, até por que eu disse para o Coronel Hertton: "Coronel, se a gente não discutir, eu vou buscar aprovar esse projeto aqui de uma forma mais branda, pegando outros Códigos de Ética de outros Estados, e aí vocês não vão ter a oportunidade de enfrentar isso. Busco Executivo, a parte política - que cabe a mim - e vocês não vão ter condições..." "Ah, mas, é um outro momento." Todo momento é oportuno para a gente discutir aqui de forma tranquila, de forma harmônica o que pode ser melhorado, o que pode assentar, o que pode ser é colocado dentro de um Projeto de Lei. E quando for pautado - que, aqui sim, é o campo correto, é o campo de discussão aos deputados, a gente poder aprovar.

Então, eu queria passar a palavra para, até coloquei aqui, já enumeraram aqui para mim, na verdade. Eu vou passar a palavra para o Sargento Rubemar, Vice-Presidente da Associação dos Praças de Rondônia, a ASPRA. Se o senhor quiser falar ali na tribuna, fique à vontade, ou o senhor pode falar daí mesmo. Isso é com o senhor.

O SR. RUBEMAR MORAES DE SOUZA - Bom dia. É uma satisfação muito grande de estar aqui nessa Casa de Leis convidado pelo Deputado Jesuino Boabaid para a nossa discussão sobre o Código de Ética que é muito importante para a nossa Polícia Militar, não só do Estado de Rondônia, mas, no modo geral, nacionalizado. É um momento oportuno que estamos aqui para fazer esse debate, essa discussão para a melhoria, para que os nossos policiais, não só os que estão caserna como os futuros policiais, possam ter uma ampla visão de defesa, de trabalho mais à vontade, mais aberto. Poder discutir, debater assuntos internos e externos para a melhoria da classe.

Eu fico satisfeito de estar compondo essa Mesa para a gente ter uma discussão sadia, que possa levar a uma conclusão bem mais, vamos dizer assim, mais sensata, para que a gente possa dar prosseguimento aos nossos trabalhos de maneira mais é tranquila. Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado, Sargento Rubemar. Eu vou passar a palavra agora para ao representante da ANASPRA, Sargento Laudicério Machado, Presidente em exercício da Associação, na verdade é Federação Nacional dos Praças. Fique à vontade, meu amigo Laudicério.

Assessoria, tem os slides do Sargento Laudicério? Está colocando? Como é o nome? "Apresentação para Audiência."

O SR. LAUDICÉRIO MACHADO - Senhores, bom dia a todos. Bom dia ao Deputado Jesuino, deputado por Rondônia. Bom dia ao Deputado Elizeu Nascimento, deputado pelo Estado do Mato Grosso, aos senhores oficiais presentes na tribuna e os convidados, e também ao Subtenente Gleyton, Presidente da ASPRAMAT e Diretor Jurídico da ANASPRA - Federação Nacional de Praças.

Vou fazer uma explanação aqui aos senhores e senhoras convidadas presentes, sobre o que é a ANASPRA. A ANASPRA é uma Federação Nacional de Praças.

(Apresentação de slides)

O histórico da ANASPRA. Eu vou contextualizar aqui porque muitas vezes nós falamos ANASPRA, falamos ASPRAMAT, falamos ASSFAPOM (Associação dos Praças e Familiares da PM e BM de Rondônia) e não sabemos o histórico. Não tem como nós darmos continuidade sem sabermos o que ocorreu no passado. Próximo.

"A Anaspra é fundada no 3º Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças, dentro do 3º ENERP, dias 13 e 14 de setembro de 2007, na cidade de Campo Grande (MS).

A Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças - ANASPRA, criada com o objetivo de debater, em nível nacional as principais questões relativas aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e construir ações de forma unificada e coletiva."

Por que isso, senhoras e senhores? Porque nós temos pautas pontuais, a nível de Estado, e temos diretrizes nacionais que precisam ser demandadas. Para isso tem essa convergência dentro dessa Federação Nacional de Praças, de oficiais nós temos a FENEME (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais) e de praças nós temos a ANASPRA, que capitaneia todas as informações necessárias para que sejam comuns as pautas de nível nacional. Próximo.

“Sendo seu primeiro Presidente José Florêncio de Melo Irmão, então Presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul.

Nesses 13 anos de criação a ANASPRA, sua gestão teve como presidente: Soldado José Florêncio de Melo Irmão, 200-2009; Cabo Sidney da Silva Patrício, 2009-2011; Subtenente Pedro Queiroz da Silva, 2011-2014; Soldado Elisandro Lotin de Souza, da Polícia Militar de Santa Catarina, 2014-20147 e segundo mandato, 2017-2020.

O Subtenente Pedro Queiroz da Silva é da Polícia Militar do Ceará, e agora estamos tendo o Subtenente Heder Martins de Oliveira, 2020-2023, da Polícia Militar de Minas Gerais.

Estou como presidente em exercício, Primeiro-Vice Presidente. Próximo.

Dentro do histórico da ANASPRA, senhoras e senhores, “um fato importante para a consolidação da fundação da ANASPRA, foi o 2º ENERP, realizado em junho de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, quando reuniram-se aproximadamente 120 praças como participantes de 26 Estados, ambiente unânime que proporcionou as condições para o indicativo da fundação de uma entidade nacional.” Próximo.

"A ANASPRA através de seus congressos anuais, denominado: "Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças - ENERP" discutem em plenária e deliberam as pautas que serão defendidas, entre outros assuntos: o direito de organização; sindicalização e greve; piso salarial de salário; a extinção dos regulamentos disciplinares e a desvinculação dos institutos militares federais. Próximo.

"Manutenção do fim das sanções restritivas de liberdade, com a sanção da Lei 13.967/2019; criação de uma lei federal que estabelece a jornada de trabalho dos policiais e bombeiros militares com carga máxima de 40 horas semanais; acesso único com terceiro grau." Próximo.

Quanto ao posicionamento da ANASPRA referente ao Código de Ética da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. Nós seguimos um fluxograma, senhoras e senhores, da seguinte forma, a exemplo. Nós temos o militar, a nossa preocupação e inquietude é saber o que o militar pensa desta proposta. Ela atende aos anseios dos senhores e das senhoras? É muito fácil para mim, que chego de outro Estado com outra realidade, uma outra percepção e chego aqui, o que alcança a mim eu indicar.

Mas, e a realidade das senhoras e dos senhores? Quem vive são os senhores. A proposta está atendendo os senhores e senhoras? Então, quando chega essa proposta, a ANASPRA, como se posiciona de forma técnica? Quando chegam as informações através de um dos representantes, nós temos como Diretor Regional Norte, o Deputado Jesuíno Boabaid. Temos membros do Amazonas, o Feitosa; temos do Acre; e de outro Estado, de Roraima, o Soldado Sampaio, que é deputado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Então, como se posiciona de forma técnica? A partir do momento que chega a informação, nós passamos para o corpo

jurídico, temos o Subtenente Gleyton que faz a análise junto com os outros do jurídico que atendem a ANASPRA e posteriormente fazemos a devolutiva. O que é que um militar quer fazer com relação a essa proposta? Está a contento? Vai ser ajustado? A Assessoria posteriormente fala, após o desejo dele, o que se pode fazer com relação a isso. E, posteriormente, o militar, o que ele decidiu fazer? Ele aceitou?

Então, esse cenário em que nós estamos aqui hoje é para essas deliberações. É para saber o que o militar decidiu fazer. E isso o Presidente, através da Diretoria Regional Norte, pronuncia por meios oficiais. É desta forma que nós costumamos trabalhar, dentro da Federação Nacional de Praças. Próximo.

Os Códigos de Ética, em sua maioria, defendem as corporações. Correto? E quem protege o militar? O mais fraco desta relação? Vamos trazer essa inquietude para dentro de nós e buscar responder a esses questionamentos. E quem protege o militar, o mais fraco desta relação? Por isso temos que comungar, ainda que se tenha Oficial X, Praça Y, representando a parte institucional, ele tem que pensar que ele também é um ser vivo que depende também dessas regulamentações. Então, ele precisa comungar juntamente: instituição, Legislativo e as associações que fazem o elo entre instituição e o indivíduo militar.

Então precisamos ter essa harmonia. Próximo slide.

Nós temos que trabalhar, então, dentro das diretrizes, dos princípios da dignidade humana, legalidade, presunção da inocência, o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade.

Isso está sendo atendido na redação que está sendo proposta aqui? Os senhores, que serão sujeitos do processo,

analisaram se irão atender os senhores e senhoras? Teve aquela compactuação, aquele diálogo entre as DJDs (Diretoria de Justiça e Disciplina) do Estado de Rondônia para saber se atendem? Essas comissões foram discutidas? São perguntas minhas. Comento para trazer para a reflexão. Se não houve, o que poderíamos estar melhorando dentro dessa redação?

Os senhores têm como governador um "prata da casa", que é um Coronel da Polícia Militar. Seria, no mínimo, deselegante não atender aos anseios nossos, enquanto militares, porque ele viveu. Ele sabe dos anseios. Ele sabe da subjetividade de vocês, militares. Ainda que naquele cenário ele esteve como ator, como comandante, ele sabe os anseios, porque o motorista dele era praça. Ele sabe. Com certeza conversou. Então, não tem como falar assim "defender para um e não para outro", mas, sim, como instituição. Não tem como alegar desconhecimento. Próximo slide.

A exemplo do que nós trabalhamos, lá no Estado de Mato Grosso foi feito um Código de Ética que foi solicitado, foi implementado em regime de urgência, urgentíssimo. O Deputado Elizeu Nascimento solicitou uma Audiência Pública.

Deputado Elizeu, foi uma Audiência Pública que o senhor solicitou, não foi?

Foi para discutir e, com aquele cenário que foi posicionado depois, nós retornamos às associações com a Comissão do Código de Ética e fizemos uma discussão do que que nós poderíamos melhorar a redação. Estava a contento? Estava na percepção deles, mas quando você comunga com as pessoas que estão envolvidas no processo, muitas coisas podem ser melhoradas. Porque a minha percepção difere da sua, muitas vezes, o que eu achei correto - eu não vivi naquela situação. Então, um exemplo aqui que nós fizemos. Isso aqui foi a pontuação da Associação de Cabos e Soldados. Nós, com

a equipe jurídica, participamos, nós discutimos ponto a ponto dos artigos e fazia explanação e colocávamos o que nós achávamos dentro daquela realidade. Próximo.

A exemplo, os Artigos 47 e 48, Parágrafo Único. Então, nós discutimos, pedimos a supressão do Parágrafo Único, mas não só solicitando, mas, sim, fundamentando. Não tem como eu chegar na Comissão do Código de Ética e pedir: "suprime isso", "altere isso" sem fundamentar legalmente. Fundamente o porquê da necessidade de alterar isso ou aquilo. E essa fundamentação vem do quê? Da consulta, da percepção e do empirismo de um, de outro. Então, vocês estão em um momento ímpar de decidir isso. Próximo.

A gente fundamenta através do jurídico com base fundamentada. Por gentileza, aquele outro arquivo PDF. Aquele outro arquivo em PDF, agora. Aí pode ir passando.

A gente pontuava o artigo e fundamentava porquê... E a proposta de alteração. E assim ia. E fazemos a proposta de alteração. Então, os senhores e senhoras que viram o Código de Ética, tem necessidade de fazer substitutivo de parte? O momento é este. Pode ir passando. Aí, assinando o Presidente, no caso eu, e a equipe jurídica, em que não foi algo, assim, de apenas empirismo ou o que eu acho, mas algo fundamentado. Então, sugiro que os senhores e as senhoras façam isso.

A Federação Nacional de Praças, através, aqui representado pelo Diretor Regional Jesuino, está à disposição dos senhores e das senhoras para o que necessitarem. Lembrando que nós temos pautas pontuais, a exemplo do Código de Ética, e temos pautas nacionais para serem discutidas. Mudou de governo e temos diretriz para trabalhar. E assim, precisamos todos trabalharmos unidos.

Então, essa é a palavra do Presidente em exercício da Federação Nacional de Praças aos senhores e senhoras. Muito obrigado e um bom-dia.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado, Laudicério, pelas suas contribuições. E olha só, senhores, eu estava aqui... É por isso que eu fico observando. Às vezes, eu sou mal interpretado, que eu falo o que eu penso e... mas, tudo bem. Vamos lá.

Eu requisitei da assessoria o processo que está tramitando nesta Casa, no caso, o Projeto de Lei. Eu estou aqui folheando. O Projeto de Lei já está maduro, Deputado Elizeu, para ser colocado em discussão e votação. Sabe quantas Emendas tem nesse projeto? Duas. Deputado Crispin. Seria patrolado. Todos os militares, todas associações. E nós iríamos engolir um Código de Ética que não foi discutido da forma devida com as entidades representativas de praças e oficiais. É por isso que eu falo, "Ah, Jesuino, o que você pensa nessa questão de representatividade nossa?".

Nós estávamos à deriva. A prova está aqui. A prova está aqui. Discussão, Sargento Laudicério, com quê? Apontar o quê? Aqui o que basta hoje a gente fazer, o que dá para se fazer é eu fazer um substitutivo e tocar para aprovar o substitutivo. Mas, se você fizer análise nessa proposta, ela já está madura. Se o Presidente Redando quisesse colocar em pauta, ele tinha colocado, aprovado e acabou. Não tinha nem pedido de vista. Não tinha pedido de nada. Poderia ter uma obstrução regimental de um pedido de informação. Isso se o deputado tivesse aqui o desejo e também "ah, não, eu vou pedir informação para sobrestar esse Projeto de Lei".

Mas, me causa uma indignação e me causa tristeza, me causa tristeza, porque você analisando a proposta desse

Código de Ética tem muitas falhas, aqui é gritante. Eu vou dar só a leitura de um artigo que daqui a pouco vai ser comentado. As associações – para quem não sabe, o acadêmico de Direito, formado em Direito – são consagradas na Carta Constituinte de 1988 no seu artigo 5º. Nenhum Poder, seja de Estado, Judiciário ou qualquer um, não pode intervir sobre as associações, exceto, aquelas de caráter paramilitar, e assim sucessivamente.

Aí, olha o que tem no Código de Ética, gente: “transgressão de natureza grave”, grave - eu falei grave, Deputado Elizeu: “O militar que se filiar a uma associação que tenha um cunho sindical”. Olha só. Vou fazer a leitura do artigo 30: “Transgressões de natureza grave: II - filiar-se, quando na ativa, a partidos políticos” - isso é vedado; “aos sindicatos” - isso é vedado; aí vem: “as associações profissionais com caráter de sindicato ou associações cujos estatutos não estejam em conformidade com a lei”.

O que ele quer dizer? Que as associações, ao entendimento de alguns pensantes, têm que ser só de cunho social. Isso aqui iria esvaziar as associações, entendeu Rubemar? Isso é atentatório, é algo, assim, que afronta. Ia passar aqui na Assembleia Legislativa e nenhum deputado iria observar isso. E quando fosse citado - porque o praça e o oficial poderiam requisitar informações do tipo “qual é a associação que está vinculada?” - iria lá, pegava a informação a Associação ASSFAPOM, por exemplo - a qual eu presido também, com muito orgulho - “Ah, é da Associação ASSFAPOM? Opa, espera aí”. Então, vão analisar e a administração militar poderia dar um indicativo que ela se caracteriza de cunho sindical.

Vou dar um exemplo. Nem passando pelo crivo da justiça, ou a ASPRA, e assim sucessivamente. Isso é só um ponto que é encontrado. Isso é só um, que tem outros aqui. Tem outros

apontamentos que eu estou analisando. Mas, é um intuito de eu vir conversar hoje com vocês, debater isso aqui, é para mostrar a fragilidade que nós vivenciamos quando não temos representatividade à altura. Altura. E não adianta também ser um representante "pelego" – na nossa linguagem, aquele que é submisso. Não adianta ser um representante que se acovarda, que não tem coragem de discutir, debater ou criticar ou elogiar um governante.

Aqui eu já falei, eu sou independente. E até recentemente declarei que eu sou oposição. Mas, é uma oposição coerente. Coerente. Eu não vou votar e não votar se eu não entender que é necessário. Mas, me preocupo. Estão aqui, todos os pareceres. O Presidente Redano podia chegar, se eu não estivesse aqui, exemplo: o deputado está em uma agenda, vamos pegar agora o Código de Ética e é rápido assim, aprovou, acabou, pronto, público, vai embora, pronto. E aí, como é que ficaria a gente? Os trouxas só suportando a lapada. Aí não, vem o Coronel Hertton falou "Não, deputado, deixe isso para lá. Vamos discutir lá em 2024, 2023. Ou vamos esquecer isso?"

Aí, a gente sai. Em janeiro a gente sai daqui. Vem 2023, o governador, que já declarou que está com sangue no olho, que chamou a polícia e o bombeiro militar de traidor, está virado um samurai, Elizeu, manda-lhe um projeto pipocando aqui para arrancar o couro, esfolar vivo. Porque ele falou. Olha só o que ele falou, na rádio e na TV: "É normal a perseguição, a transferência, a exoneração, daquele que me traiu". Governador, senhor é um Coronel da PM, o senhor é governador, o senhor foi reeleito. Os palanques já acabaram. E é por isso que eu vou enfrentar.

E com essa situação mais grave aqui, independente do que for discutido hoje, eu vou conversar com o Presidente Redano para aprovar esse Código de Ética nesta legislatura.

Vou peitar agora. Eu vou levar essa informação e vou aprovar, independente se ficarem magoadinhos comigo ou não.

E se não aprovar, o governador não sancionar, aí é ele que vai refletir orçamento, está aqui nesta Casa, e outras propostas de lei. E o Deputado Jesuino sabe lidar aqui. Eu sei fazer a parte política, mas o que me assombra é isso aqui: "Não, eu vou tirar de pauta". Pauta. "Está bom, tira." Aí vem uma outra legislatura, com outros deputados, vem um Código de Ética esfolando, como eu falo.

E a gente vai sofrer, Sargento, às duras penas. Aí não adianta ficar "O Deputado Jesuino é o Presidente da associação". Sim, é só apontar. E aí? Eu vou ficar lá naquela galeria lá, falando o quê? Fazendo o quê? "Ah não, mas você é ex-deputado". E aí? Ex. Ex é ex. Deputado é deputado. Eu já fico chateado.

Eu vou passar a palavra, vamos ser mais sucintos. Até o Corregedor está aqui do meu lado. Se eu não fosse deputado, se eu não tivesse imunidade, eu estava era preso hoje. Já estava guardado. É, o militarismo é isso. Eu estou falando a verdade.

Agora, como eu estou sob o manto da guarda do mandato, tenho o foro de prerrogativa, eu posso criticar, "largar-lhe a peia", "atacar-lhe o fumo", porque não dá nada. Mas, vai sair do mandato. O Jesuino criticou, opa, é um "PADzinho", é um inquérito, vai... E aí, meu amigo, eu estou com a lista negra lá de um que foi anistiado.

Eu vou passar a palavra e eu queria só passar a palavra, quem puder contribuir porque o Sargento Laudicério, ele deixou assim o representante, ele discute, ele vai apresentar alguma proposta. Realmente, a gente está aqui para apresentar proposta. Eu vou pedir ao Subtenente Gleyton, que possa trazer alguns apontamentos de experiência lá naquelas

discussões e agora também, após essa reunião, eu já vou pedir para a minha assessoria. Eu vou apresentar é um substitutivo na íntegra desse projeto para terça-feira, o mais tardar, esse projeto estar sendo aprovado. E eu vou mostrar para o governo que, como a gente derrubou quatro vetos aqui, lá ele é governador; aqui, nós somos deputados e temos autonomia.

Passar a palavra para o Subtenente Gleyton.

O SR. GLEYTON JOSÉ REZENDE - Bom dia a todos. Sou o Subtenente Gleyton José Rezende, Presidente da Associação de Praças do Estado do Mato Grosso - ASPRAMAT, Vice-Diretor Jurídico da ANASPRA. Quero cumprimentar todos que estão aqui na pessoa do nosso Deputado Jesuino. E dizer para vocês que nós estamos nessa celeuma, discussão do Código de Ética, desde 2020, mais ou menos. Em 2021, nós tivemos Audiência Pública nesses mesmos moldes que está acontecendo aqui para discutir alguns artigos que nós achávamos que seria arbitrário - até mesmo incondicional - em relação à tropa.

Quero falar um pouquinho também do Código de Ética de Minas Gerais. Minas Gerais, Coronel, é um Estado que, acho, que os outros Estados da federação deveriam olhar, porque ali tem bons exemplos, não só para Mato Grosso, para Rondônia e assim por diante. Salário, condições de trabalho, dignidade da pessoa humana, Código de Ética aprovado desde 2002, com 99 artigos, bem sucinto. Então, nós, como militares, nós temos que olhar para aquilo que está dando certo. A Lei 13.967, do Subtenente Gonzaga, veio nesse encontro. Veio trazer alguns princípios, que nosso legislador estadual, principalmente o nosso Decreto 667, na época da sua aprovação, deixou de lado o que está aí, o que foi falado pelo nosso Vice-Presidente da ANASPRA, que são: a dignidade da pessoa humana, a legalidade.

Uma coisa que eu defendo muito, Coronel – que eu também trabalhei na Corregedoria do Estado de Mato Grosso por três anos – é a presunção de inocência. Nós temos que entender que nem tudo é à ferro e fogo. Eu já ouvi de um coronel uma vez que quando se abre uma sindicância, tem mais ou menos um custo de R\$ 6 mil. Então, essa sindicância não pode sair sem um resultado. O resultado que ele quis dizer é o seguinte: ela não pode sair sem uma punição. Nós temos que parar de pensar dessa forma. Nós temos que dar segurança jurídica para os nossos policiais.

Até porque, eu não sei a realidade aqui de Rondônia, mas de Mato Grosso a cada traficante que você prende, independentemente da quantidade de droga, eles são orientados a ir na Corregedoria fazer uma denúncia. Invasão, agressão, tortura. Nossos policiais lá estão respondendo “N” processos, “N” sindicâncias, às vezes, indevidamente.

Outra coisa importante, Coronel, nós temos que pensar que o senhor não é perpétuo, ninguém é perpétuo, nós passamos pela Polícia, amanhã ou depois é uma outra turma. Nós não podemos mais aceitar punição extra-autos.

E eu sei do que eu estou falando porque eu trabalhei na Corregedoria por três anos, fazendo homologação de sindicância. Punição extra-autos, porque é um coronel “A” ou “B” não gosta de fulano ou beltrano. Isso tem que acabar. Nós temos que buscar segurança jurídica aos nossos policiais.

Hoje, nós temos que olhar, olhar para dentro e ver qual é a polícia que nós temos e qual é a polícia que nós queremos. Será que nossa legislação está a nível de país atual? Será que não é uma legislação que está muito arcaica? Será que está um, esse “ctrl + c” “ctrl + v” de legislação de um Estado para o outro não fere essa peculiaridade de Estados?

A minha realidade, no Estado de Mato Grosso, não é a realidade de Rondônia. E se você olhar esse Código de Ética, é praticamente igual, viu Coronel? Eu estou olhando aqui, pouca coisa muda do Estado de Mato Grosso. Então, nós temos que pensar: vamos fazer um Código de Ética peculiar à nossa realidade. Vamos dar segurança jurídica aos nossos policiais, aos nossos bombeiros militares. Até porque inimigos nós temos demais. As facções, elas crescem, crescem a passos largos a cada dia. Então, o policial hoje está difícil trabalhar.

Hoje, para você ser policial a nível de Brasil é extremamente complicado. Nós temos no Estado de Mato Grosso um déficit de cinco mil homens. Cinco mil homens. Nós deveríamos ter hoje um efetivo de 12 mil homens, Coronel. E nós temos 6779. Nós temos um déficit enorme. Ano passado nós travamos, ano passado nós travamos uma luta hercúlea com o Deputado Eliseu para conseguirmos um concurso público, não é, Deputado? Conseguimos 1300 vagas entre Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro.

Vai ser chamado agora. **(ininteligível)** Vai dar uma amenizada nessa situação. Mas, nós temos cidade no Estado de Mato Grosso com cinco mil habitantes que são vigiados por três policiais. E detalhe, nós temos um caso pior ainda - acho que Nova Nazaré - que só mora na cidade o sargento, porque a guarnição vem todos os dias a 100 quilômetros de distância. Se houver dois crimes ao mesmo tempo ele tem que escolher qual ele vai atender? Está igual atendimento de UPA, atendimento de pronto-socorro.

Tem que escolher qual é o crime mais grave que ele vai atender. Se for tentativa de homicídio atende; se for roubo, crime contra o patrimônio, espera. "Espera terminar isso aqui para eu ir lá". É assim que está a situação do Estado de Mato Grosso hoje. Um déficit enorme um déficit efetivo

enorme. E pior, nós estamos tendo uma evasão de 200 homens a cada ano. Por vários motivos: a aposentadoria, atestado psicológico, psiquiátrico, concurso público em outras esferas.

Hoje, a realidade da PM perde para Polícia Penal. Não quero aqui desmerecer os policiais penais. Mas, os policiais penais, hoje, no Estado, têm mais voz do que nós militares. O policial penal há dez anos ganhava metade do que um policial militar ganha hoje. Hoje, Coronel, um policial penal ganha R\$ 13.704,00 em final de carreira. Um subtenente ganha R\$ 12.995,00. Policial penal, hoje, ganha quase mil Reais a mais do que um Subtenente.

Eu falei isso para o nosso Governador Mauro Mendes. Eu falei, "Governador, se o senhor abrir hoje um concurso público, o senhor vai ter mais atenção ao concurso da Polícia Penal do que da Polícia Militar." Nós temos que abrir o olho por que dessa saída? O porquê dessa não motivação de estar como policial militar ou como bombeiro militar. Nós temos várias outras várias situações e uma delas é o Código de Ética.

O Código de Ética da Polícia Civil prevê, deputado, adicional noturno, auxílio prontidão - vocês já ouviram falar nisso? - o que que é isso? É ganhar para dormir. Policial civil no Mato Grosso. Ele vai para casa dormir e recebe auxílio prontidão. Porque ele só levanta para abrir a delegacia no interior. E está recebendo. E detalhe, recebe adicional noturno e auxílio prontidão duas vezes.

Nós não temos isso. Eu não sei aqui em Rondônia. Mas, nós não temos isso. Nós não temos adicional noturno. Nós não temos insalubridade. Então, nós temos que abrir o olho, Coronel, nós estamos ficando para trás. Nós estamos ficando lá para trás, devido à mordança do militarismo. Até quando

nós seremos amordaçados? Até quando seremos suprimidos em relação ao nosso direito de liberdade, de expressão? Até quando nós não poderemos falar, reivindicar condições de trabalho? Melhoria, dignidade da pessoa humana? Até quando?

E eu quero chamar atenção aqui. Qual é o preço que nós pagamos por sermos militares? Qual é o preço? Eu falo isso do soldado ao coronel mais antigo. Nós estamos pagando um preço muito alto. "Ah, a integralidade ou paridade, porque conseguimos lá na esfera federal?" A Polícia Civil e a Polícia Penal também têm integralidade e paridade. Eles têm Associação de classes que pode reivindicar. Eles têm sindicato. Eles têm adicional noturno. Eles têm auxílio prontidão. Eles têm auxílio insalubridade. Nós estamos ficando para trás. E agora? Agora mais importante. Nós estamos sobre o governo da esquerda que não olha com bons olhos para nós.

Então, nós não podemos - além dos nossos inimigos fora da caserna - nós ainda, às vezes, nos gladiamos internamente. Essa disparidade, essa divisão entre oficiais e praça, tem que acabar. Nós somos uma carreira única, temos que caminhar nesse sentido, deputado. Caminhar numa carreira única. Soldado entra, vai até Tenente-Coronel. Montar um PCCS com condições, com motivacional que ele entra e fala: "Se eu for um bom policial, estudar, buscar conhecimento, eu vou me aposentar como 2º Tenente, um Capitão, um Major, um Tenente-Coronel. É isso aí que é valorizar o homem, a mão de obra é o que nós precisamos olhar.

Essa lei do deputado, Subtenente Gonzaga, ela sofreu uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), como é conhecimento notório em todos aqui, mas, ela trouxe um prazo de vigência que ela esteve com a sua validade plena, discussão. Essa discussão só está acontecendo aqui, porque a lei trazia a obrigatoriedade do Código de Ética que

estipulava a data, não é isso? Então, obrigou nós, policiais, bombeiros, comandantes de unidade, comandante-geral, a discutir sobre o Código de Ética.

O Comandante-Geral falou, acho que foi o governador que falou para você, não é Deputado Jesuino? "Ah, já perdeu eficácia." Não é isso? O Comandante-Geral ou o Subtenente? "Perdeu a eficácia." Bacana. Não tem problema, porque teve um vício de iniciativa formal, que deveria vir pelo Executivo, veio pelo Legislativo. Nada obsta de o Presidente atual, agora, pegar e falar "Me dá isso aqui. Me dá a letra da lei, vou só mudar o autor." Pronto, acabou. Traz, cumpra-se. Mas, gerou discussão a nível de país. Todos os Estados começaram a discutir. Mesmo que tenha essa resistência, mesmo que tenha essa resistência, deve ser discutida. Olhar a peculiaridade de cada Estado.

Essa situação aqui, Coronel, do art. 30 inciso II, inciso IV, isso vai esvaziar as associações. E vou dizer uma coisa para o senhor, em 2014, eu e o Deputado Elizeu Nascimento reivindicamos direitos trabalhistas em Mato Grosso. Inclusive, fiquei cinco dias preso. Cadeia de Batalhão. Mas, nós conseguimos tirar o salário de 3º Sargento de R\$ 4.800,00 para R\$ 9 mil. E muitos coronéis, lógico, de forma velada para não serem comprometidos, falaram para mim "Sub, se não fosse esse ato de vocês, de coragem." Todo ato coragem vem acompanhado com um pouco de loucura, vamos dizer assim, porque nós sofremos a perseguição. Isso é normal. "Prego que muito se destaca" vai tomar martelada.

Então, eu e esse deputado pegamos a época da Copa. Nós só tínhamos a Copa para fazer uma manifestação para ter visibilidade a nível mundial. Nós pegamos 300 policiais desarmados, com esposa e filho, fomos para a frente do estádio. E lá nós conseguimos a visibilidade que nós

queríamos. Inclusive até o inquérito. Inquérito e sindicância.

Mas, o governador para não ser exposto, naquela época, nos deu 30% de aumento. Foi o maior aumento em toda a história da Polícia Militar no Mato Grosso. Por isso, que nós temos um salário razoável, vamos dizer assim em relação a outros Estados. E nesse momento de luta teve uma unificação, até mesmo dos oficiais que não apareceram, mas de forma velada nos batalhões nos falava. "Se vocês não fizessem aquele levante, naquela época, 2015/2016 nós não tínhamos nada, a não ser o RGA (Revisão Geral Anual)." E o RGA, todo mundo sabe, se a inflação foi 10% o governador quer pagar 6%. Eu não sei onde que ele vê essa inflação de 6, 5 ou 4%. Eu acho que não é diferente aqui. Aqui está difícil até o RGA, como o Coronel falou.

Mas, é nessa toada que nós temos que trabalhar. Nós temos que valorizar e fortalecer as associações e não as esvaziar com esse artigo 30, Coronel, incisos II e IV. Porque isso vai impedir que as pessoas se associem.

E outra, essa "comunicação", retirar essa "comunicação" aqui no IV, no artigo 30, muito importante isso aqui: "IV - discutir ou promover discussão, por meio de qualquer veículo de comunicação, sobre assunto estratégico..." Isso aqui inclui WhatsApp. Todos nós sabemos que o WhatsApp é o nosso maior meio de comunicação para conversar com todos os policiais a nível de Estado, hoje. O que que seria estratégico? Isso aqui não está abstrato? Não é genérico? Não está muito aberto? Estratégico, seria o quê? Salário? Condições de trabalho? Dignidade da pessoa humana? Nós temos que começar colocar taxatividade nestes artigos.

Às vezes, eu digo assim, os oficiais pensam "Não, vamos amordaçar os praças. Falam besteira demais, falam muitas

coisas. Esses caras estão nos atrapalhando. Vamos enfraquecer as associações." Lembrem-se: amanhã ou depois vocês vão precisar das associações. Associações é a voz do Comando junto ao governo. Às vezes, o Comando não quer se indispor junto a um governador porque é um cargo comissionado, converse com as associações. Elas estão ali. Elas não são inimigas Comandante-Geral. Elas são parceiras.

Assim como políticos. Políticos a nível de deputado estadual, federal. Temos aqui o Deputado Sargento Elizeu Nascimento. Um cara que luta muito pela classe. São 18 anos dentro da ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas). Um cara que viveu polícia, um cara que ama a polícia. Tem uma tatuagem de quase 30 centímetros no corpo, da ROTAM, e não somos inimigos do Comandante-Geral, não somos inimigos do governador, não somos inimigos dos oficiais.

Nós queremos as mesmas coisas: salário, dignidade da pessoa humana, condições de trabalho e segurança jurídica. Não dá para trabalhar em Batalhões, ou com manuais de sindicância, ou Código de Ética onde um coronel "A" pune por um artigo que ele entenda que é transgressão e o coronel "B" tem outro entendimento sobre aquela mesma legislação. Nós temos que afunilar isso, taxar isso, mostrar "isso aqui é transgressão. Isso aqui é crime." E não dar mais margem para dúvida interpretação, porque o policial vai sabendo "se eu cometer é crime. Se eu cometer isso transgressão. Eu não vou ficar sujeito a interpretação."

Lá, Coronel, no nosso Código de Ética que nós dialogamos agora, de 70 apontamentos que nós fizemos, nós conseguimos modificar 22. Foi um ganho. Foi um enorme ganho. Dessas 22, nós esperamos que agora retorne para a Assembleia Legislativa para ser discutido. E nós conseguimos, realmente, tirar muitos artigos de forma subjetiva, que tinham interpretação

subjetiva e genérica, melhorando e dando segurança jurídica aos nossos policiais.

Então, em suma, o que eu quero dizer é isso aí. Não vejam os praças militares, não vejam as associações como inimigos. Vejam como parceiros. E essa legislação aqui é antiga. Ela é de antes de 1988, antes da Constituição. Vamos trabalhar ela, vamos melhorar ela, vamos conversar. E acredito que todos, no final, vão ganhar. Mas, nós temos que unir tanto praça quanto oficiais.

A minha fala em suma, é isso. Espero que eu tenha contribuído, Deputado Jesuíno. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado senhor Gleyton. O Deputado Eliabe está enfermo, não teve como participar, mas ele manda aqui um comentário, olha só:

"Olá, meu amigo Jesuíno. Primeiro, eu quero parabenizar você pela brilhante iniciativa. Segundo, peço, desculpas pela minha ausência. Quanto a esse artigo que eu fiz a leitura, que inclui as associações, parece ser algo arquitetado pelo CNCG, Conselho Nacional dos Comandantes Gerais, pois na minuta de Código de Ética aqui no Rio Grande do Norte, consta este mesmo texto. No mais, sucesso a todos do evento."

Olha só que interessante, não é? Tudo eles vão lá, se reúnem, fecham as portas e definem.

Registrar a presença do Subtenente Magno, Edvaldo, que é Tenente também; o Ismael, 3º Sargento, estão presentes aqui na galeria. Magno, para quem não o conhece, é um ícone da Rádio Patrulha. Foi um militar que trabalhou por muito tempo no serviço operacional de rua, respondeu a muitos PADs

(Processo Administrativo Disciplinar), não é, Magno? E hoje está observando aqui, está prestigiando, na verdade, o evento nosso.

Eu estou ouvindo atentamente a todos e vou passar a palavra... Para quem, meu Deus, agora eu estou até perdido. Estou tão aqui perplexo, com tanta coisa que eu estou vendo. Cada hora que eu leio, eu fico mais triste. Porque a gente lê, relê, não é? Tem muito artigo que você viu aí, Gleyton, que pelo amor de Deus! É muito artigo. Tem de ser revisto.

Vou passar a palavra ao Coronel BM Alan Fabrício da Costa, Subcomandante do Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

O SR. ALAN FABRÍCIO DA COSTA - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Jesuíno, eu cumprimento a todos os representantes de classe, os demais componentes aqui da Mesa, como também a todos presentes aqui no plenário.

Deputado, agradeço pelo convite. Aqui estou representando tanto o Comando da corporação, como a Corregedoria da instituição. No dia de ontem fui até o Comando-Geral da Polícia Militar para verificar como seria aqui a nossa discussão sobre as deliberações acerca do Projeto de Lei que se encontra na Assembleia. E foram verificados vários pontos que precisam ser corrigidos. E também achei interessante, é o posicionamento da corporação, que todos esses apontamentos que foram feitos para a Polícia Militar, a corporação também se posiciona juntamente com a Polícia Militar, como também está à disposição para ouvir os apontamentos das associações, do senhor, também, Deputado, e assim, a gente consiga fazer a melhor redação para que se materialize e se concretize esse Código de Ética.

Então, a corporação se coloca à disposição para nesse momento deliberar acerca desses pontos, tanto das associações, como os do senhor, como parlamentar, para que a gente possa formular o melhor texto com relação ao Código de Ética. Obrigado.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado, Coronel por fornecer a sua fala. Eu vou deixar o Corregedor por último. Penúltimo.

Eu passo a palavra à Tenente-Coronel Vanilce Almeida, assessora militar, neste ato representando a Secretaria de Segurança Pública.

A SRA. VANILCE ALMEIDA - Nós estamos aqui representando o Secretário de Segurança Pública. Atualmente é o Coronel Vital. Ele está em Vilhena e nós já estamos nessa caminhada a respeito do Código de Ética, o CED, não é, que nós abreviamos assim, já desde o final de 2019, quando saiu a lei federal que solicitou em face a alguns princípios, não é, dentre os quais já foram citados alguns aqui, para que nós pudéssemos estar tratando desse Código de Ética em si.

Mas, primeiramente, nossos cumprimentos ao nosso deputado, que nos convidou, é o proponente desta Audiência Pública; aos demais componentes aqui da nossa Mesa; o Deputado Estadual Elizeu Nascimento, do Mato Grosso. Temos também o nosso Corregedor presente, Coronel França, representando o Comandante do Corpo de Bombeiros, o nosso Coronel Alan. Temos o Subtenente Rezende, também da Polícia Militar do Mato Grosso, da ASPRAMAT, associação; o Sargento Machado, também da ANASPRA, que já explanou aqui para nós; e o Sargento Rubemar, meu colega de curso, 1998, do qual eu

vim. Até foi comentado aqui alguma coisa a respeito de, em questão do profissional e nós crescermos. Então, diante de vós aqui, Soldado PM de 1998; entrei, cresci, estudei dentro dessa corporação por meio de concurso público e efetivei hoje Tenente-Coronel.

E hoje assessorando ali na Sesdec. E para que os senhores entendam qual a nossa função aqui, não só representando a Secretaria, porque a função do Secretário em si não é ser taxativo ou bater um martelo a respeito de um Código, principalmente em função das corporações militares no contexto atual em que nós nos encontramos de muitas mudanças, inclusive. E a função da Secretaria é mediar essa questão, porque tudo que é proposição de lei, decreto ou outros nós temos que, além de receber das corporações militares – que não só a Sesdec que cuida das militares, mas também da Polícia Civil, da Politec – e mediar, encaminhando, como foi o caso aqui dessa proposta de lei, na época, que foi finalizada em 2021, no caso.

Aliás, em dezembro de 2020 ela foi feita pelo CONDEG (Conselho Deliberativo Estratégico e Gestão da Polícia Militar do Estado de Rondônia), que é o Conselho dos Coronéis da Polícia Militar do Estado de Rondônia. E baseada na lei federal ela foi encaminhada, em 2021 já, agora no início, foi apresentada na Secretaria de Segurança Pública para ser avaliada pela Procuradoria-Geral do Estado e, após essa tramitação, ser encaminhada para cá como uma Mensagem de Lei e passar pela Assembleia Legislativa aqui, na sua finalização.

Então, dentro das corporações militares foram feitas algumas comissões. À época, eu estava na função de Comandante de um Batalhão e nós participamos, inclusive, da comissão

que era no CRP2 à época. E trabalhamos juntamente com oficiais e praças para que nós pudéssemos compilar e trazer uma proposta.

A questão em si foi que, devido ao prazo exíguo e às mudanças que ocorriam em nível federal e que teriam que ser reajustada em nível estadual, foi um processo muito corrido, um processo complicado e que, realmente, deveria ter mais acesso e essas fundamentações serem mais compiladas juntamente com as associações e outros. E não houve esse tempo, porque muita correria. As comissões trabalharam arduamente para tentar. Porém, assim, agradar e chegar a um consenso não é fácil, até porque envolve questões de hierarquia e disciplina. As corporações militares têm suas bases sob esses aspectos, são bases que sustentam. E não foi, não houve, eu acredito que nesse, pela minha observação não houve esse tempo hábil para essa abertura total.

O nosso deputado fez uma colocação aqui que eu vou fazer uma retificação: de que não teve, não foi aberto para as associações e tudo mais, e que, assim, ia passar e ser aprovado desse jeito. Não. Nós, como Secretaria, após essa ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que foi comentada aqui, que tornou inconstitucional a lei federal que fez e incitou a abertura desses conselhos, a instauração e o feito, ela foi considerada inconstitucional. E aí nós tivemos já de imediato um contato prévio abordando a temática junto à PGE (Procuradoria-Geral do Estado), aqui do Estado de Rondônia, solicitando consulta, uma avaliação sobre a questão, até porque foram abordadas, e do nosso Código de Ética também não tinha previsão das penas restritivas de liberdade.

O que aconteceu: nós fizemos essa consulta e eu fui junto, principalmente ao Corregedor da Polícia Militar – as Corregedorias trabalham em conjunto, há uma consonância de entendimento – para que eles nos motivassem. Por quê? Porque

o Projeto de Lei é das corporações militares em função da lei federal. E essa lei sofreu uma Ação de Inconstitucionalidade.

Então, foi requisitado junto a eles que motivassem no processo – existe um processo –, por quê? Tendo em vista que já estava a mensagem aqui na ALE, na Assembleia, nós os motivamos e os incitamos, na verdade, para que eles motivassem, que os autos fossem retornados, até porque, para justamente a gente fazer uma melhor adaptação. Inclusive, com essa Ação de Inconstitucionalidade, os regulamentos disciplinares que seriam transformados nesse Código de Ética, eles voltaram a funcionar. Eles estão ativos e tendo os maiores trabalhos as nossas corregedorias.

Então, assim, foi necessário. Esse momento aqui é muito importante, nós entendermos, até porque há necessidade realmente de que esse Projeto de Lei, na verdade, seja retornado para retificações, para considerações e para que realmente possa haver uma manifestação das associações também, não é? Eu acredito que seja viável e muito importante essas avaliações.

Então, entendemos nós que não está definido isso aqui. Nem pode prosseguir e ser aprovado de uma forma definida, até porque com base nessa inconstitucionalidade da lei, o objeto, em tese, realmente foi perdido, da proposta em si. Então, nós precisamos, nós vamos, nós já havíamos motivado a corporação. E conversando nós entendemos que tem que retornar, não tem como prosseguir esse Código de Ética. E até os senhores estão observando as colocações de todos os nossos companheiros que aqui estão, apresentando coisas que têm que ser reavaliadas, que têm que ser fundamentadas novamente, que têm que ser avaliadas em um aspecto mais abrangente para que a gente não possa realmente ter um Código

de Ética à margem da lei e que não seja reavaliado. Essa é a proposta da nossa Secretaria.

E mediando isso, nós não temos como chegar e tachar e bater o martelo em várias questões aqui que estão pendentes – vamos colocar assim –, mas nós temos que apoiar esse retorno para uma reavaliação, para uma fundamentação, explanação e para que nós possamos ter um Código de Ética muito melhor avaliado e bem fundamentado, dentro dos princípios legais, para que possa prosseguir realmente assim para aprovação.

Essa é a palavra aqui da Sesdec na representação do Secretário. Eu agradeço.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) – Obrigado, Tenente Coronel Vanilce.

Passar a palavra agora ao Corregedor da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Coronel França.

O SR. JOSÉ CARLOS FRANÇA DOS SANTOS – Cumprimento o Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid, em nome do qual cumprimento a nossa Mesa de Autoridades; já dar boas-vindas ao Deputado Elizeu, que veio ao Estado de Rondônia. Muito obrigado pela presença do senhor, com certeza vai engrandecer o debate. E quem não conhece Cuiabá e acha que Porto Velho é quente, vá para Cuiabá, não é, deputado? Vai mudar de opinião rapidinho e vai dizer que Porto Velho é muito bom o clima. Bom, cumprimento todos os presentes. Já de imediato, em nome do Comandante-Geral, agradecer o convite, deputado, e agradecer o espaço para debatermos esse tema.

Eu estou como Corregedor-Geral da Polícia, o Deputado Jesuino até me apresentou aqui como colega – fomos colegas de pelotão ainda em 2002, como soldado. Tempo bom. A gente não sabia que era bom – não é, Deputado Jesuino –, mas, enfim.

Preparamos, nossos assessores da Corregedoria, uma apresentação, mas eu vou me furtar de passar essa apresentação, deputado, porque nós, como uma entidade técnica da corporação, a gente estava tratando no sentido de correção, no sentido de revisão de algumas matérias. No entanto, não é pertinente a gente tratar disso, diante até das palavras da nossa representante da Secretaria e do próprio deputado que aqui falaram. Ela falou da revisão da matéria integral e o deputado falou do outro texto substituindo; se foi o que eu entendi, não é, deputado?

Então, da matéria, de forma geral, as minúcias que tínhamos preparado, eu acredito que não é o caso de a gente falar. Então, eu vou falar de linhas gerais, até aproveitando o que os nossos componentes aqui da Mesa falaram. Primeiro, dizer que o a posição do nosso Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, assim como o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, é o mesmo da Secretaria, de que na época que recebemos a missão de fazer, confeccionar o Código de Ética foi em razão da exigência legal. Claro que – como o deputado bem falou –, o nosso regulamento é antigo, não tem todas as garantias necessárias para os acusados.

Mas, a finalidade do Código de Ética foi atender, prioritariamente, essa demanda legal. E assim nós fizemos como militares. Ninguém é formado em legística, ninguém é formado em técnica legislativa, mas foi feito, foi montada uma comissão principal. E essa comissão, juntamente com os demais oficiais e praças, deputado, foram mais de 20 policiais de todo o Estado. Essa comissão juntou diversos

regulamentos vigentes nas outras corporações e chegamos a um denominador.

E isso não foi uma tarefa fácil, diante do pouco tempo que tivemos. E, hoje, nós estamos aqui com um projeto com 203 artigos. É um projeto extenso. Ele fala de matérias que não são matérias de lei, são simplesmente procedimentos cartorários que não eram para constar em um texto de lei. E quanto mais a gente fala em uma lei, maior a possibilidade de errar. Tem minúcias que são decididas em sede de regulamentos, resoluções e até manuais.

Então, a posição da corporação, hoje, é a retirada do projeto da Assembleia e a revisão. Como seria essa revisão? Concordo, deputado, que o debate tem que ocorrer, que somente com debate, com a pluralidade de ideias, a gente consegue soluções melhores para todos. Não é a inteligência que vai nos levar ao melhor caminho. Ninguém é dono da verdade. Ninguém é detentor do que é certo e o que é errado, não é? É necessário, sim, que tenhamos esse debate.

Bom, eu vou primeiro me ater um pouco – com todo respeito ao que foi falado, deputado –, falar um pouco do que foi falado aqui. Primeiro do Sargento Machado, Presidente da ANASPRA, já aqui no nosso plenário, com a devida vênias.

O senhor Sargento falou sobre os anseios do militar em aceitar e decidir. Nós temos que ter a visão do seguinte: um Código de Ética é a pior parte da estrutura militar quando a gente vê sobre os direitos e garantias do militar. Por quê? Ele é a parte coercitiva. Ele é justamente a exigência do policial, não é o bônus. O Código de Ética é o ônus. O que é o bônus? É o nosso Estatuto. É a nossa lei previdenciária. Aquilo que também nos fazem espelhar das Forças Armadas.

E falando em Forças Armadas, esse Código de Ética, da forma que está - não no nosso em si -, mas os regulamentos, de forma geral, são reflexos das Forças Armadas. Porque está lá na Constituição. Somos forças auxiliares e reservas do exército. E isso não é algo que se releve em qualquer lei que nós fizermos. Qualquer lei. Qualquer regulamento nós temos que levar em conta isso. Em que se reflete isso para nós? A guarda da hierarquia e disciplina. Principalmente forças auxiliares e reservas do exército.

Alguém também falou aqui sobre os benefícios que vêm com isso. Acho que foi o senhor, não é? Falou sobre a paridade, a integralidade, que outras carreiras têm. É verdade. Outras carreiras podem ter. Mas, por nós é garantido também, justamente por esse reflexo, essa similaridade com as Forças Armadas. Em ter a garantia que nós temos. E eu acredito - eu não estou tão a par da discussão legislativa sobre as reformas previdenciárias, - que foi um ponto a favor nosso quando ficamos de fora de muita coisa. Em relação às reformas previdenciárias.

Bom, o Subtenente Gleyton, aqui da ASPRAMAT falou sobre o texto substitutivo. Eu espero que não seja pautado porque, como eu falei, é preciso um debate. E esse debate, como o senhor mesmo falou é justamente com aquele que vai sofrer as restrições do Código. Esse debate tem que ser com as pessoas que vão vivenciar e que vai ser exigido o cumprimento do Código. Então, acredito que não seria o caso de apresentar outro texto. Não neste momento.

O senhor falou também da realidade diferente. Eu concordo com o senhor, justamente por isso, é necessário um terço personalizado em que pese que o cerne da questão, como eu falei, não vai mudar muito do que temos do Exército Brasileiro, do RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) e de outros regulamentos das outras polícias.

Agora, algo que eu concordo com o senhor, Subtenente Gleyton, sobre o texto. Os textos vagos, dispositivos imprecisos, que isso realmente não podem constar, tem que ser limitado. Estamos no estado democrático de direito que a pessoa tem que saber do que está sendo acusada para poder se defender. Então, se eu tenho uma acusação imprecisa não sei nem do que estão me acusando de fato. Ou não sei, já de início, não sei nem qual o comportamento de fato exigido para mim, eu posso vir a cometer esse comportamento, já que o texto é genérico. Não traz de forma taxativa a restrição, eu, como militar, tenho que me sujeitar. Então quanto a isso, Subtenente Gleyton, que a Corregedoria - e falando também pelo Comando - não deseja esse tipo de dispositivo no Código de Ética.

Bom deputado, chegando à parte aqui, que anotei da sua fala, acredito que, de mais importante que deve ser verificado é a vedação das associações que o senhor citou lá o artigo 30, incisos II e IV.

Bom deputado, para o senhor ver a necessidade da pluralidade de ideias. Porque eu li o artigo e não entendi como o senhor entendeu. Mas, não estou dizendo que o senhor está errado. É justamente o contrário. Cada um tem uma visão e, sendo assim, eu também concordo com o senhor dessa necessidade de reformulação desse artigo ou mesmo a retirada, porque a vedação de sindicalização está já escrita na Constituição. E nós temos vários dispositivos aqui que já tem vedações em leis maiores. Então, é desnecessário constar esse artigo. A meu ver.

Estamos aqui em debate ainda e estou me aproveitando aqui, falando como Corregedor. Não como representante do Comando nesse momento. Agora, ainda com Corregedor, deputado, eu vi diversos pontos que necessitam e são pontos firmes que temos, hoje, problemas para as apurações. Não vão

deixar de existir problemas, não vão deixar de existir medidas coercitivas contra esses problemas, mas como eu falei, a gente está em um estado democrático de direito, nós temos que pautar pela legalidade e há; e o remédio não pode ser tão grande que venha acabar com o paciente. Então, é algo que precisa ser revisto.

Primeiro ponto: eu não sei se minha fala pode ser tão longa deputado ou era só a apresentação, eu já estou pulando a fase aqui. Seria a revisão das punições, principalmente referente aos reformados e aos inativos, reformados e o da reserva remunerada. Veja bem, nós temos o Código de Processo Penal, Código Penal, que vem tratar de forma diferente, de forma diferente, os reformados, os inativos de forma geral.

O que isso quer dizer? É todo tipo de crime que o reformado e o da reserva comete? Não. Ele tem uma circunstância específica. Aí quando a gente coloca no texto que o Código de Ética é para todos reformados, ativos e inativos da reserva, os alunos, e coloca todo mundo no mesmo barco, o texto talvez tenha ficado um pouco prejudicado nesse sentido. Por quê? O Código de Ética nada mais é do que um código profissional. Ele visa resguardar a regularidade das instituições militares. Essa regularidade, eu tenho essas imposições no Código, para que essas instituições caminhem façam o seu serviço que tem que fazer. E para isso, a gente tem que seguir um código mínimo.

Veja bem, no caso dos inativos, qual o reflexo que o inativo traz para a regularidade da instituição militar e para a hierarquia e disciplina? Bom, esse é meu raciocínio e de alguns colegas nosso da Corregedoria, inclusive, não desmerecendo ninguém das comissões anteriores, foi voto vencido nesse sentido, porque, principalmente, o reformado – seja por moléstia, seja por tempo de reserva –, quase não tem qualquer tipo de contato com a corporação.

Então, como os atos deles vão refletir na corporação? Eu falei que é um código de conduta profissional, em primeiro plano. Nesse ponto, eu vou tentar mais uma vez bater, firmemente, sobre de que forma os reformados e os inativos serão alcançados por esse Código? Não tem nada a ver, por exemplo, o reformado ter uma discussão com a mulher na casa dele, tem 20 anos que não vai a nenhum quartel, tem 20 anos que não tem nenhum tipo de contato com a instituição e eu, lá na Corregedoria, tenho que apurar qual foi a causa e a responsabilidade dele na discussão com a mulher dele, sendo que já tem os meios necessários, a justiça para isso, delegacia especializada. Espero que estejam entendendo.

É claro que vai ter momentos e é isso que não está claro no Código de Ética, em que o "RR" (reserva remunerada) poderá cometer uma infração. Mas, desde que seja contra a instituição militar ou contra os membros da instituição militar em determinados momentos, não sempre também.

Bom, falando ainda em garantias, temos a questão do duplo grau de jurisdição. É a garantia da reanálise de uma decisão de um ato. Há dispositivos no Código que estão vetando esse duplo grau de jurisdição. Isso é um preceito fundamental do Direito. Princípio da Inafastabilidade Jurídica, que bem falou o Presidente. Então, é algo que está no Código. Não teria como ser negado, por exemplo, se alguém intentasse, provocasse mais uma justificativa, revisão do ato administrativo. Claro, teria que ser aceito, porque é um preceito jurídico fundamental. Só que dá trabalho para a Administração e para o próprio acusado. Porque vai ser um recurso inominado, o trâmite não está regulamentado, mas ele tem que ser aceito. Então, constar isso é importante.

Como eu falei, o texto é extenso. São matérias que não dizem respeito a uma lei. A lei tem que ser clara, precisa, concisa, inteligível, de pronto na primeira leitura. O que

nós temos é um texto demasiado longo que trata de matérias que não são matérias para se discutir em lei. Era para ser por regulamentação, ou seja, um decreto ou mesmo por resolução e manuais, como é a praxe.

Então, deputado, da minha parte, do Comando-Geral da Polícia, isso porque já tratei disso com o Subcomandante, ao menos, da necessidade de debate e trazer, sim, as associações também para esse debate. Eu não estou dizendo que vamos deixar para a associação fazer, porque é uma matéria, como eu falei, coercitiva. Nós somos militares, a hierarquia e disciplina é dura. A exigência que nós temos, social, a exigência do nosso trabalho, é dura e complexa. Se não tivermos um regimento diferente dos demais servidores, vai ser difícil impor isso aos policiais de forma geral.

Bom, as modalidades, os tipos de punições, eu acredito que também deve ser algo que tem que ser revisto. As punições puramente pecuniárias me causam certa preocupação. Com: de que forma vai ser aplicada na prática? Hoje, o Código prevê a pena pecuniária de um a dez dias de suspensão. Eu vejo dois pontos negativos estabelecendo essa pena como sendo a pena principal. O primeiro ponto negativo é da própria instituição, que é a suspensão em si. Você imagina um grupamento em que eu tenho oito policiais. Tem agrupamento que menos, não é Deputado? Aí, dois policiais são punidos, eu dou dez dias de suspensão para ele. Quem vai pagar a pena? A Administração vai estar com menos policiais e os colegas dele vão trabalhar em dobro, porque alguém vai ter que tirar o serviço.

Essa é a diferença do militarismo para qualquer outra função que não exige isso. É a regularidade da instituição. Alguém acha que é diferente isso? Alguém acha que alguém não vai ter que fazer o serviço? Alguém vai ter que fazer. Alguém

vai fazer e, às vezes, vai fazer a mais para compensar essa suspensão.

Então, eu vejo um prejuízo na escala de serviço para o policial colega dele que vai cobri-lo; e, principalmente, o prejuízo financeiro. Nós tivemos recentemente um aumento, graças a Deus e ao nosso governador, mas nosso salário não nos dá o privilégio de abdicá-lo de algumas partes, eventualmente. Nós não estamos no nível do Mato Grosso ainda não. Nem de longe.

Então, para mim, para o capitão rico ali, pode ser um dia, dez dias de salário, algo trivial. A gente está falando de dez trinta avos, não é isso? Então, são dez dias de serviço, dos 30 dias, que vão ser descontado na Folha de Pagamento do policial. Talvez, para um ou outro policial que tem um segundo emprego, tem um pai que sustenta, tem outras fontes financeiras, seja algo que nem punição vai representar. Ele vai ficar em casa dez dias e vai ter um desconto de dez dias na Folha de Pagamento dele. Pode ser que não doa nele. Agora, eu acredito que na maioria vai doer. Para a maioria vai ser penoso. É pensão, é empréstimo, não é? E até 30% a Administração vai poder pegar do salário dele, para ter o efeito punitivo.

O SR. GLEYTON JOSÉ REZENDE - E ainda tem aí uma celeuma, de como ficaria a situação de pensão alimentícia consignado e desconto peculiar em relação à polícia administrativa?
(fora do microfone)

O SR. JOSÉ CARLOS FRANÇA DOS SANTOS - Exatamente. É exatamente a minha preocupação. Bem observou aqui o Presidente. Tem uma peculiaridade também, de muitos

policiais terem de pagar pensão, e a gente vê em folha, descontando dos policiais pelo menos 20%.

É pensão, é empréstimo, porque não tem como, não é? A pessoa adquirir um carro, uma casa com um salário de policial à vista. Então, é parcelado mesmo. Aí como a Administração vai fazer o desconto pecuniário ainda do policial? E quando a gente fala de desconto pecuniário, pessoal, senhoras e senhores, a gente está falando da punição da família inteira. Porque quem depende do salário do policial não é só ele, não. É o filho, é a mulher, é o pensionista. Então, a minha preocupação é essa, referente às punições.

Acredito que a pena pecuniária pode até continuar no Código, mas bem restrito, em algo que seja bem grave, não é? Não para ser a pena principal. Tem que ser algo mesmo que fuja da normalidade, do trivial, porque tem uma característica da Polícia Militar, pessoal, das outras entidades públicas, vamos dizer assim, dos outros órgãos públicos comuns. Lá no serviço público comum, a pena pecuniária vai até 30 dias. E quando eu falei em uma das reuniões do conselho que queriam estipular 30 dias, eu falei o seguinte: "Com todo o respeito aos outros órgãos, a diferença na Polícia Militar é que aqui a gente pune. Ao contrário do senso comum de que somos uma entidade corporativista nesse sentido, mas o policial é punido. Punido porque erra. E erra porque trabalha muito. Quem trabalha muito, erra muito. É normal. Não é porque o policial é ruim, não, é corrupto; mas claro que erra." Mas, um servidor comum, o servidor comum não é punido por conta de um atraso ou uma falta; Polícia Militar é.

No serviço comum, se o servidor atrasa, falta, resolve não trabalhar durante dias, ele vai responder um Procedimento Administrativo. Na Polícia Militar, não. Ele vai ser preso. É crime. E vai ter o efeito administrativo também. Então, a

exigência do militar é maior. A frequência com que ele é punido é maior do que um servidor comum, porque a exigência é maior.

E eu não vi, deputado, nas comissões – porque também não foi minha matéria – nenhum estudo sobre o impacto disso na vida dos policiais, sobre pena pecuniária. Não tem uma média aqui de quantas vezes o policial é punido por ano ou por mês; quantos policiais são punidos por mês, por ano. Não é? Eu acho isso bem temerário. Por quê? Não é novidade para ninguém que o policial militar que trabalha na rua é mais punido. Mas, por que isso? Porque ele está mais exposto. Trabalho no expediente é mais confortável. O risco de errar é menor. E se eu errar um documento, o meu chefe vai me dar uma chamada, mas ele não vai me dar um memorando. Não é isso?

Agora, se eu estou na rua, se eu deixo de constar algo importante no meu BOP (Boletim de Ocorrências Policiais), no meu relatório, eu posso ser punido. Estou mexendo com o direito de outras pessoas, não só ali na administração. Então, quem vai ser punido? Policial da rua, principalmente, lógico. É o que mais erra, porque trabalha de forma diferente. Não estou dizendo que o pessoal da rua é perseguido, não, ok pessoal? É porque ele está mais exposto. Isso é notório.

Se eu começo a vigorar esse Código de Ética da forma que está, eu tenho dez policiais punidos ali no mês; eu tenho um desfalque grande no rádio patrulha, fora o prejuízo financeiro do próprio policial.

Bom, deputado, outra preocupação minha: o texto ficou extenso, como eu já falei, alguns pontos não deveriam estar ali, e com isso não resolvemos problemas históricos do RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar), principalmente no que diz respeito à celeridade processual. Está ali nosso

analista, ali, Sargento Freitas, que apontou diversos problemas que não vêm ao caso de a gente debatê-los agora todos, não é? Ele está ali preparado. O que acontece: se nós temos uma legislação nova, ela teria que, ao menos, contemplar as dificuldades e os problemas da legislação anterior. Isso é o lógico. E nós não estamos conseguindo fazer isso atualmente com o Código de Ética.

A celeridade processual, pessoal, em que pese ser, a princípio, tem um prejuízo maior para o policial, porque ele vai ser punido mais rápido. Hoje, tem punições que duram três, quatro anos. Em sede de processo, tem processo prescrevendo com dez anos. Dez anos. E o que isso causa? Primeiro o sentimento de impunidade. O policial está ali ainda, quando é o caso de exclusão, por exemplo. O efeito pedagógico não tem mais. Qual o efeito pedagógico? "Olha, o fulano foi punido aqui, porque ele cometeu esse ato. Então, eu não vou fazer." Por que não tem efeito pedagógico? O policial é participado; é feita uma sindicância; a sindicância demora um ano. Depois o processo demora uns três anos e quando o policial vem a ser punido, ele nem lembra mais do que ele fez.

Então, esse fato, na minha opinião, continuamos sem dar atenção. É o prejuízo, também, de forma direta para o policial, porque o policial que está respondendo a Processo Administrativo, os conselhos, disciplinas e justificação, em muitos casos esse policial não pode receber Medalha, condecorações. Ele não pode ser promovido. Isso é um prejuízo muito grande.

Você tem ali o policial que respondeu durante seis anos e ele foi preterido em Medalhas – que essas Medalhas não voltam mais –, ele foi preterido em promoção. Ao término do processo, depois de seis anos, vai vir "ressarcimento de preterição". Ele vai por antiguidade, porque o merecimento

– que nossa contagem é antiguidade e merecimento –, que ele poderia ter ido se tivesse recebido Medalha, ele não recebe. Ele não vai. Aí ele vai só por antiguidade. É o prejuízo que esse policial teve. Aí demorou seis anos para verificar que o policial era inocente.

Então, a celeridade processual atinge diretamente, a falta da celeridade atinge diretamente a garantia, as garantias individuais do policial. Quanto mais rápido se conclui o processo e tem a resolução, melhor, inclusive, em muitos casos, melhor para o policial.

O policial também não poderá utilizar arma em alguns casos de conselhos, não trabalhar no serviço da rua, o que é um prejuízo muito grande. Porque eu puno um policial para que eu mantenha a hierarquia e disciplina. Eu mantenho a hierarquia e disciplina para que eu mantenha a regularidade da instituição. Ou seja, a instituição tem que fazer o que ela faz: policiamento extensivo. Só que eu demoro a punir o policial e fico seis anos com ele, sem poder tirar serviço. Estão entendendo? É algo ilógico. É algo ilógico.

Então, esse policial tem que ser processado de forma mais rápida. Se for inocente, volta, vai para o trabalho; e se não for, excluído, demitido, depende do caso. Mas, a maioria dos processos temos absolvições, não é?

Então, a administração tem que ter mecanismos e uma nova redação do Código de Ética que venha, no mínimo – no mínimo –, resolver os velhos problemas. No mínimo resolver alguns desses pontos aqui que nós citamos.

Bom, temos diversos outros pontos que poderíamos agora pontuar no Código de Ética. Como eu falei, tem um relatório extenso, deputado, que em outro momento a gente pode expor. Mas, voltando, a posição da Polícia seria realmente a retirada da Mensagem e o retorno do Código de Ética, retorno

ao debate, retorno à produção e, principalmente, ouvir – como o senhor falou – e também trazer respostas para os velhos problemas. Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigado.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) – Obrigado, Coronel França.

Agora, por último, a fala do Deputado Elizeu, lá de Mato Grosso. Fica à vontade, Elizeu. A tribuna é sua.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Bom dia a todos e a todas aqui presentes nesta valorosa Audiência Pública a se discutir o tema do Código de Ética da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares aqui do Estado de Rondônia. Parabenizo aqui o Deputado Estadual Jesuino, oriundo da nossa gloriosa Polícia Militar; e também cumprimento aqui todos no dispositivo, oficiais, praças que hoje vêm a esta Casa de Leis para que nós possamos discutir e falar um pouco desse tema, que hoje se discute muito em nível nacional, em nível de Estado. Nós sabemos que um Código de Ética mal elaborado vai influenciar eternamente na vida dos profissionais militares de todos os Estados.

Eu sou o Sargento da Polícia Militar, com muito orgulho. Servi à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso por 18 anos, sendo desses 18, 14 deles no serviço operacional de ROTAM. E ali em um determinado momento, que nós detectamos que o nosso salário estava como 24º pior salário do Brasil, 23º. Ou seja, o 4º pior salário de praças militares do Brasil. Nós levamos a conhecimento de toda a nossa categoria, sendo ela: ativos e inativos, ao qual cumprimento todos aqui também que fazem parte dessa histórica trajetória da instituição de

quando serviram. E, assim, nós começamos a um debate caloroso. Estou falando um pouco sobre essa trajetória para que lá, mais adiante na minha fala, eu possa entrar no que se resume uma ligação de uma luta por valorização à coação que nós militares sofremos quando ativos e buscando uma valorização e uma melhoria à nossa classe.

Foram oito meses de luta salarial, ao qual se fez junto comigo participação nessa luta o Subtenente Gleyton – que aqui se faz presente –, hoje membro também da ANASPRA. E ali eu não fazia parte de associação, Deputado Jesuino. Eu fui um rebelde que saiu do meio da categoria e chutei o “pau da barraca”, porque a minha família estava passando necessidade, por um salário miserável que nós estávamos recebendo no Estado de Mato Grosso.

Nos meus dias de trabalho operacional, juntamente com minha equipe, nós produzíamos, fazíamos as apreensões, trocávamos tiro com bandido se fosse o caso, executávamos as prisões e, se fosse o caso, levávamos o baleado, o sujeito baleado, para os hospitais e ali dava sequência. Mas, no meu dia de folga eu queria ter o meu direito respeitado. O direito de um trabalhador como qualquer um outro, de qualquer instituição, ou de qualquer que seja a sua atividade profissional: de lutar por dignidade, pela minha família. E nós fizemos.

Mas, quando voltávamos para trabalhar, o Comandante da unidade chamava em sua sala, com palavras indiretas, e eu sempre fui um cara muito objetivo na minha vida. Porque eu sempre plantei as coisas corretas no meu trabalho. Eu sempre fui um profissional exemplar. Então, aquelas mensagens indiretas dos meus superiores, ali dentro da unidade, eram de que eu seria transferido lá para Guatá; que eu seria transferido lá para Rondolândia, que é aqui próximo; que eu seria transferido para qualquer outro lugar do Estado de

Mato Grosso e que iriam abrir inquérito investigatório; que iriam me punir e me excluir das fileiras da polícia militar.

E assim foram se passando oito meses, Deputado Jesuino, acordando pela manhã, veículos da Corregedoria, veículos da ABIn (Agência Brasileira de Inteligência) nas esquinas da minha residência. Buscando pegar este pai de família com a faixa ou qualquer alguma outra documentação que citasse ali a palavra "paralisação" ou que fosse "manifestação" para poder me arrebentar, destruir a vida de uma família, de um homem que estava simplesmente lutando pelos seus direitos.

Sou sabedor, deputado, que este mesmo comportamento Vossa Excelência teve no Estado de Rondônia. Que o nosso amigo Deputado Prisco teve lá no Estado da Bahia. Que outros amigos como, salvo engano, o Bezerra aqui no Estado do Pará. E assim se vão inúmeros militares, os quais nós tivemos prisões que aconteceram como aqui, arbitrariamente, covarde, porque o militar estava lutando pela valorização. Mas, nós somos um grande elefante amarrado a um barbante. Porque nós temos leis hoje, que nós somos alienados, que nós somos obrigados.

Aqui todos nós sabemos o porquê a galeria estar dessa forma. Ninguém aqui é bobo. Não é porque o Deputado Jesuino não tem liderança. Não é porque o Deputado Jesuino não tem liderança; não é porque a ASPRA ou a ANASPRA não tem o poder de fazer um manifesto de convocação e a categoria não vir. Nós sabemos porque lá no Estado de Mato Grosso, quando nós fizemos a Audiência Pública e convoquei dois Comandantes-Gerais - um sentou a minha esquerda e outro sentou a minha direita, para que pudéssemos ouvir sobre este tema que, hoje, nós estamos debatendo aqui -, eu observava nas galerias. E vi muitos amigos, muitos irmãos de farda da Corregedoria, da Inteligência, observando todos que se fizeram presentes naquela Audiência.

Infelizmente, nós vivemos ainda esse mundo de coação apenas visionárias. Apenas a presença dos nossos irmãos de farda já atrai para si uma perseguição que pode custar até sua própria farda. Para concluir um pouco lá daquela vivência, da nossa luta de valorização, ameaça de morte chegou também a este que vos fala. Não veio do bandido que com quem eu troquei tiros, que foi baleado ou pelo parente daquele que foi sepultado. Não veio a ameaça de morte do marginal que a gente prendeu ou daquele que mora lá na comunidade da periferia, onde resido até hoje, lá no bairro Altos da Serra, região do bairro Planalto, que sabe que aquele ali é um policial militar atuante, que trabalha em uma Força Especial da Polícia do Estado de Mato Grosso.

A ameaça não veio dali. A ameaça veio de dentro da própria instituição da Polícia Militar, porque sabiam que ali estava surgindo uma figura que poderia estar onde está hoje. No entanto, senhoras e senhores, a minha participação aqui hoje vai além dessas palavras que aqui estão citadas. A nossa palavra vai além de tudo isso. A nossa palavra vai naquilo que é o mais importante, que nós precisamos preservar nos nossos Estados e continuar tendo as associações fortalecendo-as e também fazendo com o que o nosso Estado e as nossas instituições possam continuar tendo representantes dentro das Casas de Leis nas esferas municipais, estaduais e federais.

O Estado de Rondônia já deveria, senhoras e senhores, estar muito mais avançado no que tange à valorização profissional dos militares. Aqui neste Estado temos um governador Coronel da Polícia Militar. Três deputados militares, dois delegados da Polícia Civil, que eu tive acompanhando o quadro de votação. Parece que dois delegados, agora, nesse novo pleito.

A desunião é muito grande, senhoras e senhores, e mesmo assim, aqui no Estado de Rondônia, as instituições conseguiram manter algumas e poderem construir novas cadeiras. No Estado de Mato Grosso, infelizmente, nós não vivemos a mesma situação que o Estado de Rondônia. Eu sempre dialoguei bastante com o meu amigo Deputado Jesuino, porque nós temos algo em comum: nós vivemos essa instituição, nós nos doamos, nós respondemos inquéritos. Nós fomos sujeitos, em uma diferença de que ele foi preso pela sua categoria e eu e o Subtenente Gleyton apenas respondemos e não chegamos a consumir uma prisão.

E politicamente falando, eu encerrei aquilo que eu mais amava na minha vida de forma precoce, eu encerrei a minha carreira ativa na Polícia Militar com 18 anos como 3º Sargento, para que eu pudesse ir às esferas políticas para fazer algo que fosse diferente daquilo que nós vivíamos. Eu não sei fazer muita coisa além de correr, de patrulhar, de ter o tirocínio de um policial quando olha dois elementos transitando, fazer a abordagem padrão, fazer a prisão de um Mandado de Prisão em aberto, ou de tráfico ou de arma. Eu não sei fazer muito além disso. Mas, a missão que Deus me deu foi essa: de quebrar essas barreiras; de ir para os Parlamentos e poder expressar aquilo que muitos aqui gostariam de expressar. E não digo só na esfera de praças, mas, sim, também nas esferas de oficiais que também existe uma pequena parcela que são perseguidos.

E lá no Estado de Mato Grosso, Deputado Jesuíno, nós tínhamos três deputados da segurança pública – ainda temos, que eles vão sair agora dia 1º de fevereiro. Um policial penal que vai voltar – Deputado João Batista –, para a categoria dele, vai dar continuidade à sua vida profissional colocando na somatória a sua contribuição de imposto para que ele possa ter sua aposentadoria integral no final de sua

carreira. Nós temos também o Delegado da Polícia Civil – Delegado Claudinei –, que também não conseguiu chegar, não avançou, ficou em um primeiro mandato. E este que vos fala, com tanto trabalho prestado à instituição, à sociedade mato-grossense, inúmeras Emendas investidas nos municípios, também quase ficou para trás. Mas, Deus foi soberano e a quantidade de trabalho prestado por aquele Estado se fez valer ainda a nossa reeleição, reeleito com 22.415 votos.

E hoje, nesta temática, observando atentamente a fala de todos aqui que nos antecederam, eu ouvi algo que nós também nos sentimos muito felizes naquele momento que este deputado que aqui está, contribuiu conosco. Talvez, Deputado Jesuino, eu creio que se hoje nós estamos reeleitos no Estado de Mato Grosso, a sua participação foi cirúrgica e fundamental na discussão do Código de Ética naquele Estado. É por isso que estou aqui no sentimento de gratidão a Vossa Excelência e à Polícia Militar do Estado de Rondônia, ao Corpo de Bombeiros também desta valorosa corporação.

Nós estávamos discutindo o Código de Ética no Estado de Mato Grosso e ali, senhoras e senhores, veio a decisão da retirada do projeto, deste mesmo projeto que tramita aqui hoje. Mas, lá eu, um praça da Polícia Militar, não fiz uma convocação de dois Comandantes-Gerais pelo bel-prazer de mostrar o meu poder. Quando tomei essa decisão, senhores oficiais aqui presentes, não foi porque o deputado praça queria mostrar a medida da força que ali o praça era superior, mas, sim, porque um Comandante-Geral, que nós tínhamos naquele momento foi omissos.

O projeto do Código de Ética já estava elaborado e este deputado, como Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública, solicitou por várias vezes de forma documentada que ele mandasse para a Casa, para aquela Comissão e nós pudéssemos acompanhar de perto a elaboração

do novo Código de Ética. E em todas as nossas solicitações o Comandante-Geral, naquela ocasião, negou qualquer esclarecimento. Se colocou como se fosse oficial e pulando o poder do deputado, o tratando como se fosse praça subordinado, mesmo estando como Presidente de uma Comissão de suma importância em seu Estado.

E assim, nós os convocamos e lá tiveram que aguardar das 9h30min da manhã às 14h30min. Não tiveram aquela justificativa categórica de que "Deputado, desculpa aí. Meu horário está vencendo porque eu tenho outra agenda agora."

Não conseguiram sair. Mas foi uma trabalhadeira que vocês não fazem ideia para que essa convocação se tornasse concretizada. Movimentou o Palácio do Governo, movimentou a Casa Civil, movimentou todos os demais deputados para que não fosse feito por convocação e, mesmo aprovado o Requerimento, ainda foram com o deputado, Presidente da Assembleia e solicitaram que no documento fosse escrito "Convite". E, ao receber esse convite no meu gabinete, eu o peguei em mãos e fui lá em cima na Comissão. Levei o documento de Requerimento aprovado. Falei: "O que é que está escrito aqui, senhor Fulano?". Citei o nome do nosso colaborador lá da Assembleia e ele me disse: "convocação". Falei: "E esse documento que o senhor elaborou "convite"? Então o senhor rasga tudo isso, recolhe onde o senhor mandou e o senhor faça de forma correta. Faça o certo. O senhor recebe muito bem nesta Casa para poder cumprir com aquilo que é aprovado lá em plenário."

E assim foi feito, senhoras e senhores. Os nossos ilustres Comandantes-Gerais ficaram até 14h30min, lá, conosco, discutindo o tema de grande relevância. Mas, no final de tudo aquilo, com a participação deste deputado que hoje preside esta Sessão, com a participação do nosso deputado federal lá do Estado de Minas Gerais, o Subtenente

Gonzaga e outros que lá estiveram, o projeto também foi retirado. Retiraram de pauta para que fossem feitas correções.

E ali, naquele momento, nós solicitamos perante os dois Comandantes-Gerais, que nós aceitaríamos a retirada do projeto, mas desde que nós indicássemos o Subtenente Gleyton, que é "curva de rio", para poder participar sendo membro da ANASPRA e é formado em Direito. Ele tem conhecimento técnico e profissional para poder participar, institucional, como Presidente da ASPRAMAT, também do Estado; a participação da Associação de Cabos e Soldados, Sargento Laudicério participou também e participa até hoje. Tenente Esteves, que é Presidente da Associação de Subtenentes e Sargentos; e lá a ASSOF (Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar de Mato Grosso) também, dos oficiais, que também participaram.

E já tiveram algumas mudanças, mas eu não sei ainda as mudanças que foram feitas. Eu sei que esses homens aqui estão participando. E se esperaram que esse "velho praça" não estivesse lá no próximo mandato, na próxima legislatura, para passar novamente um "cavalo de Troia", tiveram uma insatisfação muito grande. Porque nós iremos continuar lá, por mais quatro anos; vigilantes, atentos.

Nenhum "jabuti no poste" vai ser colocado lá no Estado de Mato Grosso. Mesmo sendo reeleito com poucos votos da nossa instituição. Reconheço isso. Tivemos muitas candidaturas lá. Nós tivemos, em média, 13 a 14 candidatos militares e os votos foram muito bem fragmentados. A estratégia de uns, lá, quase, quase foi conclusa, mas mexeram com estrategista também. Subestimaram esse que vos fala. Mesmo sendo fragilizado, fragmentado durante a campanha, nós conseguimos fazer um trabalho fora o que juntamos com aquilo que nós conseguimos assegurar ainda, e nós iremos continuar

representando à altura, as duas instituições militares e, mais ainda, aquelas que ficaram órfãs de representatividade.

E hoje, senhores, nós estamos vivendo no país ainda esse desprazer de voltar a Esquerda em nível nacional. Não sabemos o que pode vir por aí a partir de janeiro de 2023. Portanto, a representatividade dos militares nas Casas de Leis é de suma importância.

E aqui, deputado, eu já ouvi aqui o Coronel aqui da Corregedoria. Parabênzo pela vossa fala, já citando aqui o pedido da retirada desse projeto, que isso deve acontecer. E também já deixou claro que não tem dificuldade para poder revogar ou alterar essa situação do artigo 30 sobre as transgressões, em especial essa no Inciso II: "filiar-se, quando na ativa, a partidos políticos, sindicatos..." sobre a questão das associações.

As associações, como diz bem claro aqui nesse Inciso II, com caráter de sindicato ou associação, cujo Estatuto esteja em conformidade da lei. As associações, quando elas já são registradas, elas já estão em conformidade com a lei. Porque, se ela estiver em caráter diferenciado, ela não tem representatividade legal. E ela pode ser revogada. Portanto, Coronel, parabéns pela vossa participação.

E aqui eu já faço até um pedido de encaminhamento por uma vivência de que nós precisamos dialogar mais, debater mais para que possamos tomar decisões sábias. Não é fazer mudança nesse inciso, é retirar ele mesmo, porque a lei constitucional já existe. E além disso, criar uma comissão, sentar com o deputado. Uma pena de não poder estar continuando nos próximos quatro anos. Quem perde com isso é a categoria. Ressalto: quem perde com isso é a categoria. Assim como perde lá na Bahia, perde em vários Estados.

Eu sou um dos sobreviventes, mas vocês sabem por quê? É porque o deputado foi ruim no seu mandato? Não. É porque, estrategicamente, nos bastidores, fora feito o lançamento de inúmeros candidatos para dividir os votos dentro das instituições, fragilizando-nos, nos destruindo, nos colocando um para se gladiar contra o outro. E aí é igual no Mato Grosso: um tira 10 mil votos, outro tira 5 mil votos, outro tira 4.500, o outro tira 1.600, outro tira 8.900. Fragilizando-nos, colocando em prática a estratégia "destruir para dominar", Sun Tzu.

Portanto, meus amigos, aqui nós temos um governador militar. Se ele estiver ouvindo a minha fala, fazer uma contagem, recontagem até dez, deixar de lado a mágoa, a ira a respeito da vossa categoria. O Senhor Governador Coronel Marcos Rocha não será governador eternamente. O senhor tem mais quatro anos para comandar esse Estado, mas o senhor vai deixar de ser governador um dia. Agora, o senhor jamais deixará de ser Coronel da Polícia Militar. Essa patente de coronel o senhor não vai deixar. Mas, de governador o senhor um dia vai deixar, e será colocado nas mesmas fileiras daqueles que esperam a valorização, a dignidade e o reconhecimento pelo trabalho que presta colocando em risco a sua vida para salvar, para proteger vidas alheias.

Então, Governador, sabiamente olhar um pouco mais para vossa instituição no que tange à valorização. Certo momento que terminou, que findou ali a eleição no meu Estado, eu também tinha um sentimento de revolta, mas passados dias, eu compreendo o sistema. E eu sei que o sistema foi montado em todos os aspectos, para que eu pudesse ser retirado daquela Casa de Leis.

Vou virar as costas para a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso ou ao Corpo de Bombeiros ou a qualquer uma das outras coirmãs que ficaram órfãs? Não. Agora que eu vou me

doar mais ainda a essas instituições, aos meus irmãos de farda, para que nós possamos, realmente, amanhã ou depois termos a valorização que tanto almejamos, que é a equiparação salarial, a isonomia entre as polícias; porque sabemos que cada um de nós temos os nossos valores de trabalho.

Subtenente Gleyton disse claramente aqui, a respeito de como é hoje o valor salarial de um subtenente, os penduricalhos que outras entidades coirmãs recebem e nós não. Essa diferença tem que acabar. Nós precisamos ser tratados como polícia da mesma forma que é valorizada a Polícia Civil lá no Estado de Mato Grosso. E isso, este ano, já levei para o governador reeleito em uma visita que fizemos há menos de 30 dias, levando essas demandas e levando, tecnicamente, números que apontam que nós estamos em um momento de desvalorização nesses últimos quatro anos.

Portanto, senhoras e senhores, parablenzo mais uma vez aqui o Deputado Jesuíno pela vossa postura. E não desanime, meu irmão. Continue firme lutando pelos direitos desses valorosos homens e valorosas mulheres que aqui estão e aqueles que não estão aqui. Mas, tenho certeza que neste momento estão nos acompanhando ao vivo. Porque sabemos e respeitamos a decisão de não estarem aqui neste momento.

Lá no Mato Grosso, Subtenente Gleyton, nós olhávamos a galeria, estava um assessor, estava o nosso líder comunitário do bairro tal, estava não-sei-quem. Nós sabemos fazer o jogo também. Porque quando estava a Corregedoria lá no meio, lá, como que fala, a Inteligência, eles ficavam caçando. Olhava, olhava, eles olhavam ali, eles olhavam para um por um que estava ali na galeria, tentando identificar. E viam a galeria cheia, mas não sabiam quem eram aqueles policiais.

Nós sabemos jogar também. Nós aprendemos. E é por isso que fomos um dos Estados onde os loucos que comandaram, que

coordenaram os movimentos de lutas salariais, não foram presos. Eu e aquele louco que está ali, cochichando com o Coronel ali.

Então, senhoras e senhores, lá naquela oportunidade, saímos do 4º pior salário do Brasil para estarmos entre os 10 melhores salários. Não foi fácil. Quando acabou, não deu o valor que eu queria. O valor que nós queríamos era 50% do salário que um coronel ganha. Mas, nós tínhamos umas associações "pelegos" naquele momento, que negociaram algumas coisas de interesses particulares, porque esse louco que vos fala saiu do meio da tropa lá e "chutou o pau da barraca", porque não concordava com associações que ali representavam.

E nós conseguimos. Não conseguimos melhor porque eles se apoderaram do movimento, criaram outro nome, virou um "zetelo" lá e acabou virando o quê? Uma negociação que nós findamos em 38% o nosso salário. Eu fui voto vencido por três, de não aceitar aqueles 38%, e queríamos que fosse os 42, pelo menos, porque as informações que a Inteligência levava para lá, mas a inteligência também trazia para nós. As informações também chegavam para nós. Porque também membros lá de dentro também têm filhos, têm esposa e têm que ter dignidade.

Senhoras e senhores, eu quero aqui, neste momento, agradecer a cada um de vocês que aqui se fazem presentes. Dizer que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, policiais, bombeiros, têm uma gratidão muito grande pelo Deputado Jesuino e o reconhecimento pela participação dele. Porque esse Projeto de Lei, que lá fora apresentado chegou em caráter de urgência urgentíssima, com dispensa de pauta.

Ele iria ser votado em um atropelo em uma única sessão. E eles sabiam que a agenda do Deputado Sargento Elizeu

Nascimento estava para uma viagem no dia seguinte às 6 horas da manhã. E quando foi às 17:30 o projeto chegou para ser votado. Mas, veio a informação às 22 horas para mim, que o projeto havia chegado. E às 6 horas da manhã eu cancelei meu voo e fui para a Sessão. Oh, meu Deus do Céu, para o desprazer de alguns.

E tudo isso, senhoras e senhores, se resume porque temos representatividade. Porque se não tivéssemos, nem precisava do atropelo. Eles iriam cumprir do jeito deles. E ia aprovar. Ia aprovar que o policial militar, dependendo de algo que ele cometesse, ele perderia sua arma, perderia sua identidade, seria transferido para a última cidade do Estado de Mato Grosso. Olha, que barbaridade dentro de um Código de Ética. Não é Código de Ética, é código da mordação, da ditadura, e nós não permitimos que isso ocorresse.

Até aquele militar que tem um problema de saúde ou um problema jurídico, para ele ir à Assembleia falar com um deputado, pedir um apoio, tinha que pedir permissão lá no Comando para ele ir lá. Que barbaridade, o direito de ir e vir de um cidadão, em sua folga, só pelo fato de ele ser militar ele não teria o direito de procurar alguma ajuda. Um código da mordação em aspecto de retroceder naquilo que hoje nós buscamos lutar: por dignidade, por respeito e por valorização. Não permitimos.

Se vai voltar amanhã ou depois esse projeto, o ex-comandante-geral não está lá mais, foi eleito deputado federal, vai para Brasília. E é outro Comandante que tem uma mentalidade diferente lá hoje, que fala muito, em sua fala, a respeito de valorização. E assim esperamos, realmente, que seja colocado na prática quando nós estivermos ali lutando. Ou até mesmo junto com as coirmãs, que também estão no mesmo tratamento de desvalorização, estivermos muitas vezes e à frente de um Palácio do Governo buscando os nossos direitos.

Senhoras e senhores, finalizo aqui a minha fala agradecendo a todos por me ouvirem, a todos aqui do dispositivo. Meu irmão de farda, Deputado Jesuino, Coronéis, praças, muito obrigado e que possamos continuar firmes em um propósito de lutar pelas nossas polícias em todos os Estados da nossa federação Brasil. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos nós.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado, Deputado Elizeu. Só informando a todos os presentes que, excepcionalmente, hoje, nós teremos um *coffee-break*, um coquetel. Foi deferido à nossa pessoa, prestigiando a todos.

Eu ouvindo atentamente, eu sou muito prático. Essas Audiências, ao final, eu sempre coloquei em prática quais são os encaminhamentos. E aí eu vi a solicitação do Coronel França, da Tenente-Coronel Vanilce. Mas, Deputado Elizeu, você é um sobrevivente.

Infelizmente, aqui no Estado de Rondônia eu tenho um governo que promete vir com a "faca na caveira", rasgar de cima a baixo os traidores, eu tenho uma Assembleia - e aqui nada contra os deputados, tenho muita amizade com o Deputado Ezequiel Neiva, que o único sobrevivente também, que é militar Sargento da reserva e já está no seu segundo mandato -, mas o Deputado Sargento Ezequiel é da base do governo. O Governo do Estado de Rondônia nadou de braçada três anos e oito meses.

Quando eu falo "nadar de braçada" é que não tinha nenhuma oposição. Para quem está acompanhando aqui aos trabalhos da Assembleia Legislativa, está observando que o Deputado Jesuino não é fácil de lidar. Chega projeto aqui, eu vou ver, olhar por olhar, vou pedir informação, e começa aí o transtorno. Não confio. Com todas as vênias ao Coronel

França, meu amigo particular aqui também, muito respeito, no governo que fica, à Assembleia que virá, porque "Ah, deputado, o senhor é o primeiro suplente de três deputados." Primeiro suplente, e aí? O que tem a ver esse "primeiro suplente"? Suplente é suplente. Não sou deputado.

A ANASPRA, Sargento Laudicério, não é uma crítica - eu sei que o senhor está assumindo, que o Presidente é Subtenente Eder - eu espero que a ANASPRA junte os cacos, junte, realmente, analisar o que aconteceu para tentar fortalecer. Fortalecer a representatividade política.

Não adianta, aqui, nós temos duas questões a se enfrentar: eu deixo esse projeto e volta para as corporações - e eu sei que vai acontecer. Eu não sei se é o Coronel Padilha que vai continuar ou o Coronel Hertton. Mas, eu duvido, na existência da ASSFAPON, que são mais de 13 anos, nunca, jamais fomos ouvidos. Pelo contrário, perseguidos ao ponto de eu até perder minha condição de policial militar da Reserva Remunerada. Hoje, eu não tenho uma remuneração,

Recentemente o Tribunal de Contas caçou essa remuneração minha. Perseguição. Tem inquérito lá no Tribunal de Justiça porque eu estou com foro de prerrogativa por conta de uma crítica com um Presidente de uma associação. Está lá, guardada. Já teve até o parecer pelo arquivamento.

Não confio nesse governo, porque quem comanda é o Junior Gonçalves, quem governa é Junior Gonçalves. E quem fala alto: Junior Gonçalves. É ele está com raivinha. ele está todo magoadinho. Tem um vídeo dele falando, que vai chamando os outros de rato e todo o tipo de coisa. Eu não vou, não vou aceitar esse pedido. Já digo ao Coronel Henrique, ao qual também tenho muito respeito ao Coronel Vital, se esse Código de Ética não for aprovado esse ano todas as ações de governo serão sobrestadas.

Tem um tal de "chuveirão" que eles estão doidos para aprovar esse projeto. Já vou falar com o Deputado Redano: ou ele aprova esse Código de Ética, rápido - eu acho bom vocês trazer essas informações para mim, Coronel, rápido -, porque senão eu vou pegar o melhor Código de Ética que tiver no Brasil e vou patrolar aqui e vou avançar. Vou deixar o de Minas e no próximo ano subsequente a gente vê o que dá e já é outro governo. Porque eu não, eu não terminei.

Quando a gente sai do mandato, a gente tem duas opções: ir para um enfrentamento agressivo, que é o movimento paredista - isso eu descarto. Até então com esse governo do PT a gente foi anistiado quatro vezes. Então, a gente pode até fazer um movimento parar a BR, quem sabe o Lula pode dar anistia se eu fechar o portão. Mas, isso eu descarto. Ou a gente dormia aqui nessa galeria, ficar perturbando os deputados, incomodando - que eu acho difícil vir, como o senhor falou -, aí fica o gato pingado: 5.600 homens, 700 bombeiros e sabe quantos participam do movimento paredista ou grevista, ou qualquer coisa que seja? Trezentos, 200, para amanhã ou depois todo mundo ser beneficiado. Todo mundo.

Isso eu carrego, às vezes. "Jesuino, você não se arrepende?" Eu fui ouvido na Auditoria Militar por algumas vezes. "O senhor se arrepende?" Não. "Voltaria a fazer?" Não sei. Não sei. Mas, é verdade, não sei porque eu sou muito assim: uma hora eu estou, daqui a pouco "bum". Parece que eu sou... Mas, eu fico revoltado com umas certas situações que acontecem. "Mas, Jesuino, ..."

Sabia que eu sou feliz, deputado, eu quero confessar para vocês todos, eu já falei, eu sou feliz, eu estou feliz desde o dia que tiveram essas eleições, dia 2 de outubro. Diferente da que ocorreu em 2018, que eu carregava 9.111 votos, a maior articulação, a maior covardia que ocorreu naquela época: transferiram militares para tudo que é lado

e, por conta de 300 votos, nós ficamos fora. E aquilo eu carreguei até o último dia, eu falei "Meu Deus, é muita covardia." Trabalhei incansavelmente. O deputado que mais executou Emendas, mais de R\$ 7 milhões. Não tem um deputado nesse Poder Legislativo, desde da 1ª Legislatura, a atuar como nós atuamos na defesa de uma instituição. Uma não, que eu chamo uma, mas é a Polícia e o Bombeiro Militar. Ainda vai ter, ainda vai ter.

Um dia eu fiz um desafio para um deputado, que está aqui nessa legislatura: "Se o senhor fizer 30% do que nós fizemos, eu não me candidato a mais nada." Ele não fez nem 10%, nem 10%. Então, não é assim. E esse cenário que ocorreu em 2022, um monte de candidatos sem expressão, todo o tipo de coisa, 40 mil votos. Nós tivemos 40 mil votos somados ou mais entre candidatos. Trezentos e um, não sei quanto de outro. Como você falou, vou até usar essa sua frase agora, eu falava "dividir para conquistar", aqui não, é... Como é que você falou? "Dividir para dominar", essa eu vou usar agora. Sun Tzu. É que é divisão. É uma divisão. "Ah, Jesuino,..."

Minha vida eu toco na frente ASSFAPON e já disse aos meus associados, pode ter certeza que vou lutar com a "faca na caveira." Associados. E não vou mais a "Ah, Jesuino...". A Polícia e os Bombeiros Militares têm seus representantes ou aqueles que optaram. "Ah, essa palavra é forte." Forte. Política é transitória. Eu já deixei meu legado aqui nesse Poder Legislativo. Não é qualquer um que vai alcançar essa cadeira em que você senta em Mato Grosso e eu aqui. Não é. Poucos chegarão. Mas, eu carrego com muito orgulho.

E todas as vezes que me foi confiado, eu fiz com muita responsabilidade, com isenção de caçar. Me falavam "o Jesuino vai ser um caçador de oficial." Nunca cacei nenhum oficial. Nunca. Chamei aqui uma vez, convoquei um Major porque me

impediu de ir lá no complexo de correção. Ele imaginava que seria dessa forma. Foi quando a gente convocou, ele sentou na nossa frente e a coisa parece que caminhou. Ele pediu por socorro até no MP (Ministério Público). "Rapaz, vai que é melhor. Vai que é melhor, que o negócio é o deputado."

Então, Coronel Henrique, eu vi que o senhor tem muitos apontamentos. Inclusive, olha as decisões. Por que não colocar as esferas de recursos Secretário de Segurança? Eu concordo. Tem que colocar o Secretário de Segurança.

Eu fiz alguns apontamentos aqui. Exemplo, são vários, vários, vários. Sobre a prescrição, sobre a suspensão condicional, sobre a transação. Eu bem imaginava que estava aqui. Tem muita coisa que tem que ser assentado. Mas, o que me deixa preocupado é que é um governo que entra, que nós não temos a segurança de que o próximo Código de Ética terá participação das associações, terá, realmente, um debate sério? E que o Código de Ética que possa aportar nessa Casa tenha as condições de estar uma pessoa à frente com responsabilidade, com dedicação e com conhecimento, que é tudo?

Eu não vou aqui falar mal do Deputado Ismael Crispin. Dois artigos, ele tenta alterar aqui. Dois artigos. Se eu fosse apontar aqui, ia fazer um arregaço aqui dentro aqui. E vou fazer.

Então, vamos fazer logo os encaminhamentos. Nós estamos no dia 18. Faltam 12 dias para o final do mês de novembro. Nós temos 15 dias ainda do mês de dezembro. Então, Coronel Henrique, Coronel França, a todos, eu vou conversar com o Presidente Redano, mas vou encaminhar de forma regimental já, um pedido de informação para sobrestar esse pedido aqui. Esse processo vai ficar parado.

Peço à Casa Civil que está nos ouvindo, que está aí, em vosso nome Tenente Coronel Henrique, não retire esse projeto de tramitação. Porque se retirar esse projeto de tramitação, chegar uma mensagem para mim, para o meu dessabor, não tem Presidente Redano, não tem até minha saudosa mãe – que tanto a amo também, que é minha avó e minha mãe –, eu não retiro. Não vai passar nada, Coronel. Nada. Nada. Nem guarda-chuva, nem chuveirinho, nem nada. Nem se me pedir “pelo amor de Deus, tem um orçamento”. Nada. Então, não venha desafiar esta Casa. Não venha. Ainda mais esse que vos fala. Eu sei como lidar, tanto politicamente com as questões que um deputado sabe fazer.

Eu vou buscar aprovar um Código de Ética dentro desta Casa que atenda a todos, que não deixa insegurança para questão e disciplina porque a nossa tropa – que fique o registro –, ficou quase dois anos, Deputado Elizeu, sem Código. Ficou suspenso. Você não vê militar, seja bombeiro ou PM praticando transgressão da disciplina. Você não vê. É uma tropa disciplinada, é uma tropa honesta. Entendeu?

Outra coisa, colocar o reformado, a Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal é taxativa. Se tiver lei, lei, que condicione reformado, a questão dos inativos, aí sim, aplicar-se-á ao dispositivo do Código. E eu comungo com a ideia do Coronel França. O que o inativo e o reformado vão trazer de indisciplina para, no caso, para a caserna, para a polícia e bombeiro militar? O cara está afastado, a maioria vai embora e morre cedo. Só ontem nós perdemos dois irmãos de farda. Dois. A maioria aqui morre com 57. Não sei qual é sua média de vida lá não. Se passar de 65 pode aplaudir. Eu fico, Meu Deus do Céu, 65 anos é um número razoável. Pode pegar aí, a maioria da tropa morre novo aqui.

Analgesia, até hoje eu não esqueço a fala do Tenente-Coronel, na época, agora Coronel Jardel. Que é o disparo de

adrenalina, que quem trabalha na rua sabe como é. Uma hora está aqui parado, daqui a pouco ocorrência de roubo em andamento. O cara já vai, é o motorista se matando na rua, você já chega "atira ou atira". Desce de novo, sobe de novo. Meu irmão, você morre cedinho, cedinho, cedinho. É igual eu tenho. Eu acho que essa analgesia na minha cabeça aqui é toda hora. Uma hora eu estou bem, daqui a pouco explode. Ainda mais nessas Sessões que ocorrem aqui dentro. Então, não parou.

Vou pedir para vocês, Coronel, dois pedidos. O primeiro: vamos sentar rápido para discutir esse Código de Ética. Se não sentar comigo eu vou aprovar. Patrolar, a palavra correta. Eu vou aprovar isso aqui e acabou. Eu já digo bem à vontade para vocês, vai ser da forma mais decente, coerente, dentro daqui que eu respeito e vivenciei dentro da Polícia e eu conheço a coirmã, o Bombeiro.

Eu conheço muito bem porque é a mesma. Se bem que o Bombeiro quer ser apartado agora. Está criando lei... Já falei para o Comandante-Geral, Nivaldo: daqui a pouco vão colocar um Código de Ética somente para os bombeiros, uma lei de promoção... Aí, sim! Aqui, Elizeu, se é isso até a oportunidade, aqui, rapidamente, criaram em lei o bombeiro temporário. Eu falei que iria "matar" o bombeiro. Exterminar. Porque eu duvido que o gestor vá fazer, ao longo dos oito anos, concurso para os permanentes, de carreira. Vai nada! De 720, vai caindo, caindo, caindo, daqui a pouco ficam 100 bombeiros. O restante é tudo... Eu fui contra. Eu sou contra. Inclusive, eu vou em outro Estado conhecer. Quero olhar, conversar com os comandantes dessas unidades, porque são poucos, como estão os bombeiros hoje? Os ativos, os efetivos e os temporários. E daqui a pouco, é um passo para a PM.

Daqui a pouco estão querendo colocar em Rondônia PM Temporário. Aí, meu irmão, pode fechar as portas. Pode fechar

as portas e quando o Temporário sair, já vai lá para a facção preparado para atuar na gestão.

O SR. LAUDICÉRIO MACHADO - Indico o Subtenente Gleyton, representando a ANASPRA, para contribuir nesse ínterim, rápido, aí.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Eu agradeço a sugestão do Sargento Laudicério. Não, aqui, vai ser, parece, a toque de caixa. Quando chega um projeto do interesse do governo, eu "patrolo" na mesma hora. Em 10 minutos, o deputado já coloca na mesa, não sei se é assim, lá; mas aqui é assim. "Bora, bora, pelo amor de Deus, tem que aprovar isso" Aí, quando não estava, passava... Passou! Aí todo mundo: "Ei!". Acabou. E quando publica lá no Diário Oficial, "Minha Nossa Senhora, acabou com a vida da gente!" É desse jeito! Então, eu vou fazer essa sugestão.

Coloquem na Ata, por favor, as sugestões apontadas, monta um encaminhamento. Eu vou manter o projeto aqui, solicitar que seja mantido o projeto aqui; que a Sesdec informe também que a gente vai expedir um Ofício, seja oficializado à Casa Civil, ao Governo do Estado de Rondônia, o Governo Marcos Rocha, que não retire esse projeto de pauta, ou seja, de tramitação, e que, no máximo, no máximo, a última Sessão de novembro é dia 30, não é? E aí, eu preciso da data da primeira Sessão que tiver ali, no máximo, a segunda, do mês de dezembro. Quando vai ser? Já vou botar prazo para pautar e para aprovar esse projeto. Em 6 de dezembro. A data marcada. (Deus queira que eu esteja vivo também). Eu vou embaralhar o xadrez aqui. Tem um pedido para Audiência Pública para o dia 2 de dezembro, já. Então, já imagino o que vai acontecer, não é?

Então, eu agradeço a todos. Eu não vou precisar fazer esse encaminhamento aqui, até porque é exaustivo. Eu peço que o Corregedor, a Polícia Militar encaminhe a sua sugestão, a gente vai, sim, discutir, assim como foi na proteção social, que muitas "fem" (policiais femininas) duvidavam que a gente aprovaria aquela alteração legislativa que iria prejudicar na Lei 5.245, e nós aprovamos. E a Lei 5.435 acobertou o direito de as policiais femininas serem respeitadas com uma diferença de 5 anos de contribuição e de ida para a inatividade.

Então, a gente tem que aproveitar essa oportunidade que Deus nos deu de estar aqui novamente nesse curto período. Curto período que foi aqui, em que eu deixo um legado. E com muita tranquilidade, saio com a cabeça erguida e espero em Deus que, nos anos que virão, possa haver melhoras para a nossa Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

Eu vou terminar. Agradecer aos taquígrafos, a todos os serventuários desta Casa, a todos que estão nos acompanhando pela internet, no YouTube e pela TV Assembleia.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradeço a presença dos componentes da Mesa, agradeço a presença de todos por essa ilustre solenidade e declaro encerrada a presente Audiência Pública e convido a todos para um coquetel. Obrigado a todos. Fiquem com Deus.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Audiência Pública encerrada às 12 horas e 27 minutos)

(Sem revisão dos oradores)